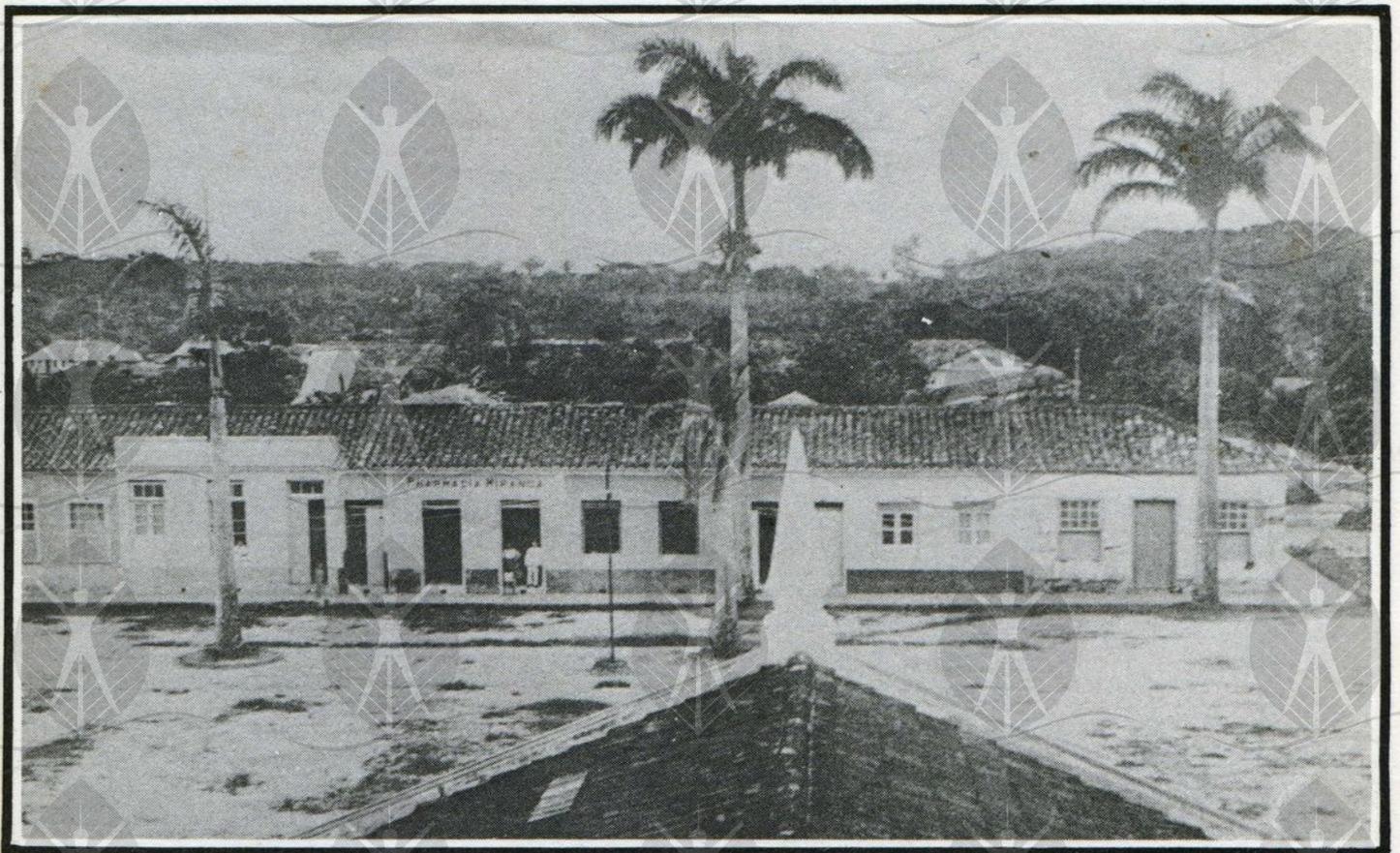
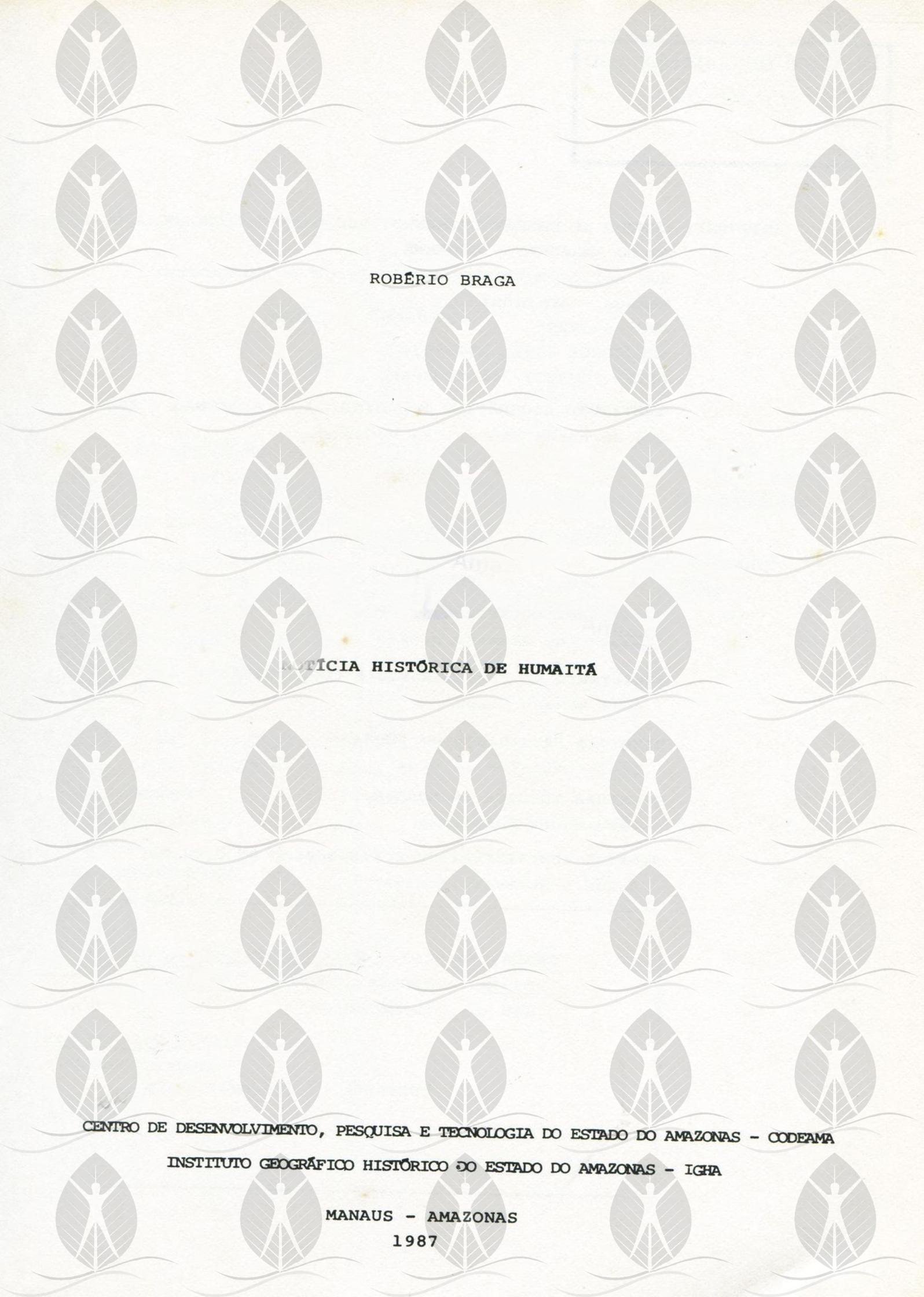


ROBÉRIO BRAGA

NOTÍCIA HISTÓRICA DE HUMAITÁ



Edição comemorativa do septuagésimo aniversário de fundação
do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas
CODEAMA/IGHA
MANAUS
1987



ROBÉRIO BRAGA

NOTÍCIA HISTÓRICA DE HUMAITÁ

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CODEAMA

INSTITUTO GEOGRÁFICO HISTÓRICO DO ESTADO DO AMAZONAS - IGHA

MANAUS - AMAZONAS

1987

EDITORES: CENTRO DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E TECNOLOGIA DO ESTADO DO AMAZONAS - CODEAMA

Rua Emílio Moreira, 1308 - Praça 14 de Janeiro

Manaus - Amazonas

CEP. 69.020

TELEFONE: (092) 234-5634

TELEX: (0922) 244-CODA-BR.

INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DO AMAZONAS - IGHA

Rua Bernardo Ramos, 117 - Centro

Manaus - Amazonas

CEP. 69.005

TELEFONE: (092) 232-7077

TIRAGEM: 500 Exemplares

GOVERNADOR DO ESTADO

Amazonino Armando Mendes

SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

José Renato Uchôa

DIRETORA PRESIDENTE DO CODEAMA

Lídia Loureiro da Cruz

DIRETORA TÉCNICA DO CODEAMA

Vera Moura Bananeira

DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO DO CODEAMA

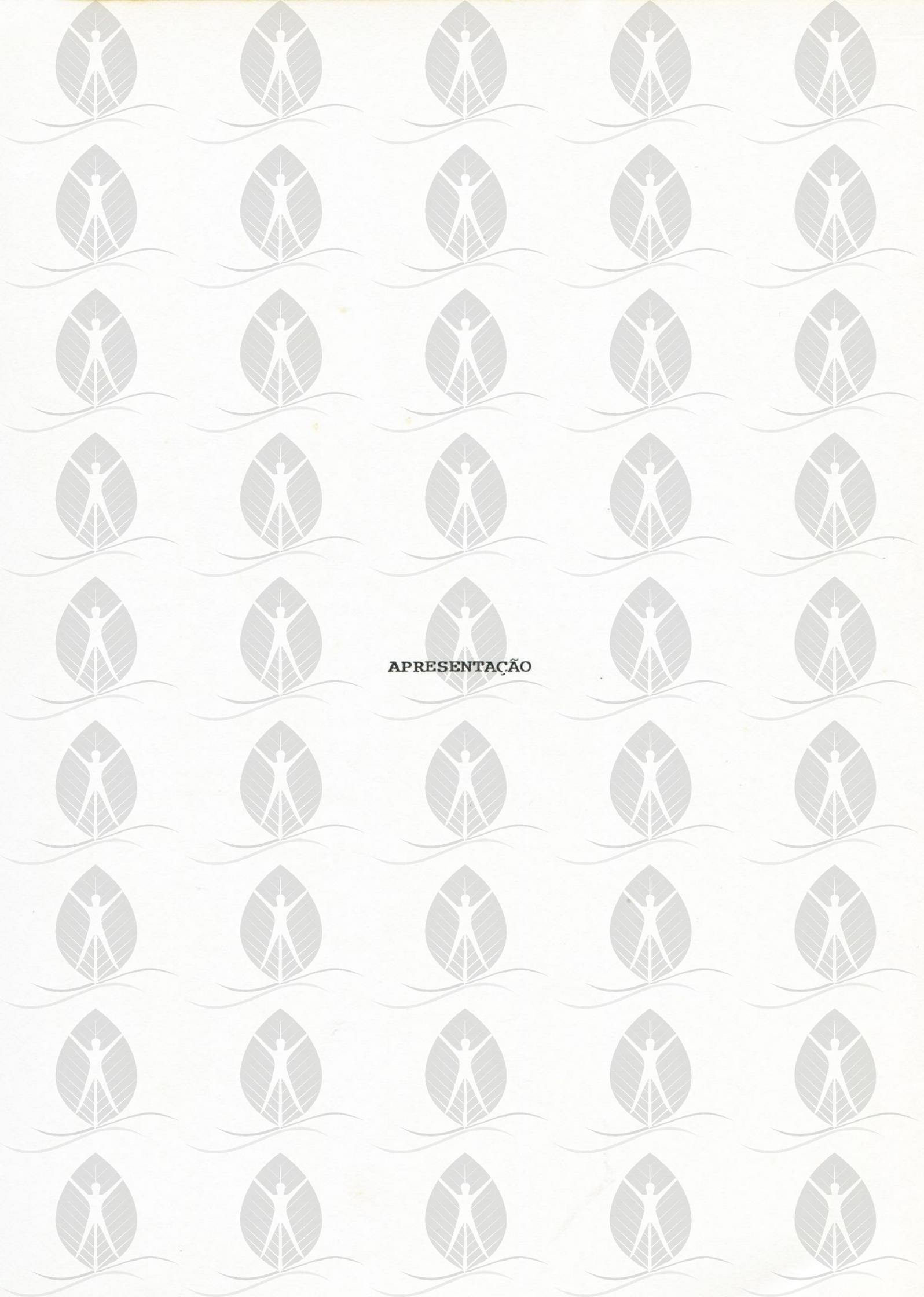
Antônio Norberto Urtiga

**BRAGA, Robério. Notícia histórica de Humaitá. - Manaus: CODEAMA/IGHA, 1987.
146 p. fotos mapas**

CDD: 981.13 (19.ed.)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
1. NOTA DO AUTOR.....	11
2. ASPECTOS HISTÓRICOS. A EVOLUÇÃO POLÍTICA.....	17
3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	29
3.1 O RIO.....	33
3.2 RODOVIA PIONEIRA HUMAITÁ-LÁBREA.....	47
3.3 PAISAGEM HUMANA.....	53
3.4 O FUNDADOR.....	61
3.5 FIGURAS ILUSTRES QUE NASCERAM OU ATUARAM EM HUMAITÁ.....	65
3.6 A IMPRENSA.....	75
3.7 A MISSÃO CATÓLICA.....	85
3.8 1976. PANORAMA GERAL.....	89
3.9 1986. PANORAMA ATUAL.....	95
4. SIGLAS.....	105
BIBLIOGRAFIA.....	109
ANEXOS	
I. FOTOGRAFIAS.....	113
II. MAPAS.....	135



APRESENTAÇÃO

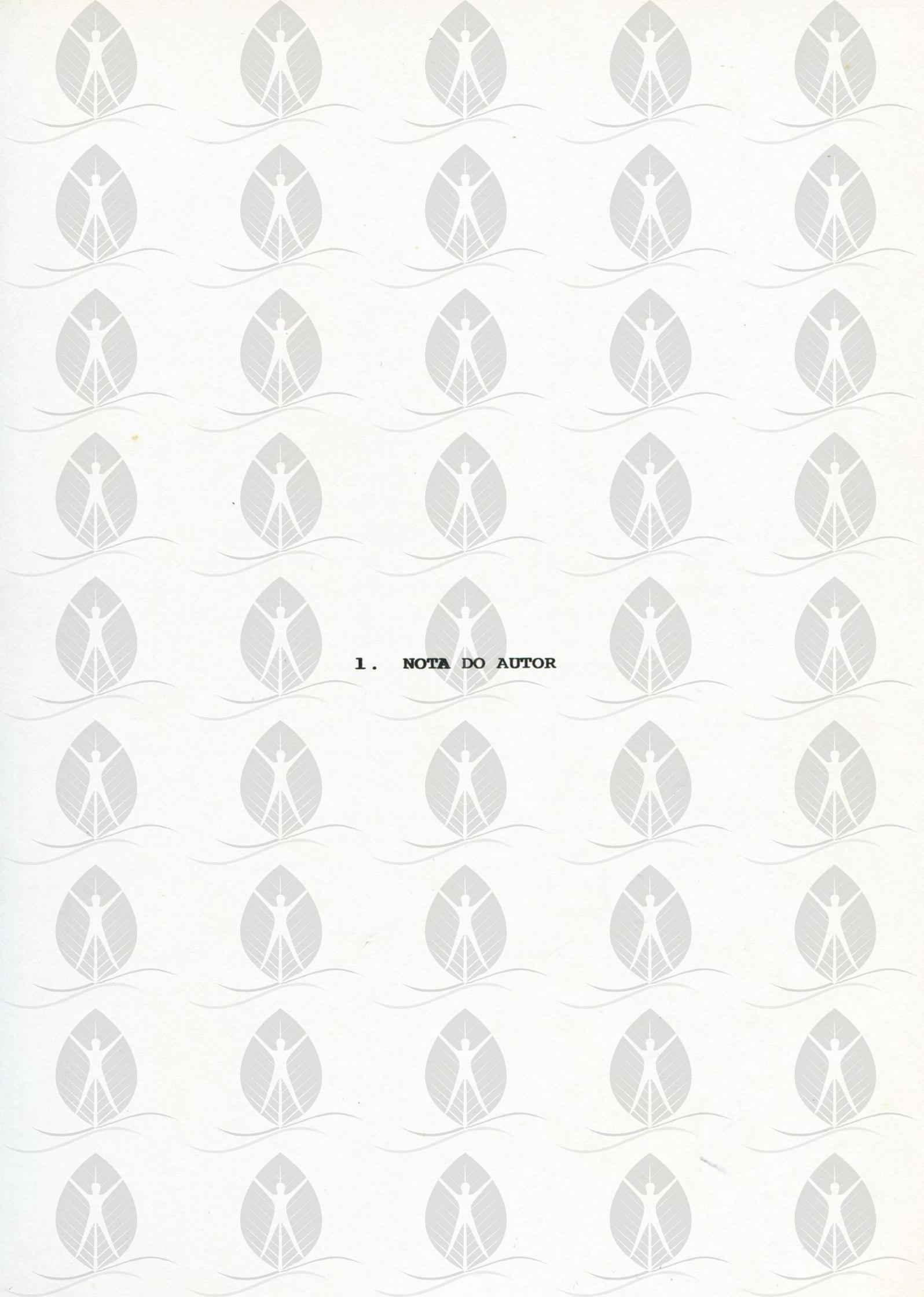
APRESENTAÇÃO

É com justificado orgulho que oferecemos este documento ao público amazonense, contendo aspectos da História passada e contemporânea do Município de Humaitá, resultado de pesquisas que o IGHA em Convênio com o CODEAMA, vem desenvolvendo desde 1985.

Ao lado das narrativas históricas, o leitor encontrará ainda outras informações de caráter geral que muito contribuirão para que os jovens estudiosos da vida amazônica aprofundem suas pesquisas e busquem traçar um perfil mais completo dessa mesma vida.

Este trabalho pretende estabelecer marco referencial para o conhecimento da História do Município de Humaitá; e, tratando-se de obra pioneira é natural que não satisfaça plenamente as exigências dos mais eruditos. Por isso críticas e possíveis elogios constituir-se-ão numa importante recompensa ao esforço conjunto do IGHA e CODEAMA.

Lídia Loureiro da Cruz
DIRETORA PRESIDENTE DO CODEAMA



1 . NOTA DO AUTOR

NOTA DO AUTOR

De há muito tenho me preocupado em condensar notas e informações sobre os municípios do interior do Estado, visando dar a conhecer, notadamente aos jovens e estudantes, a história e as tradições de nosso povo, como veículo mais forte da preservação da nossa memória e da cultura.

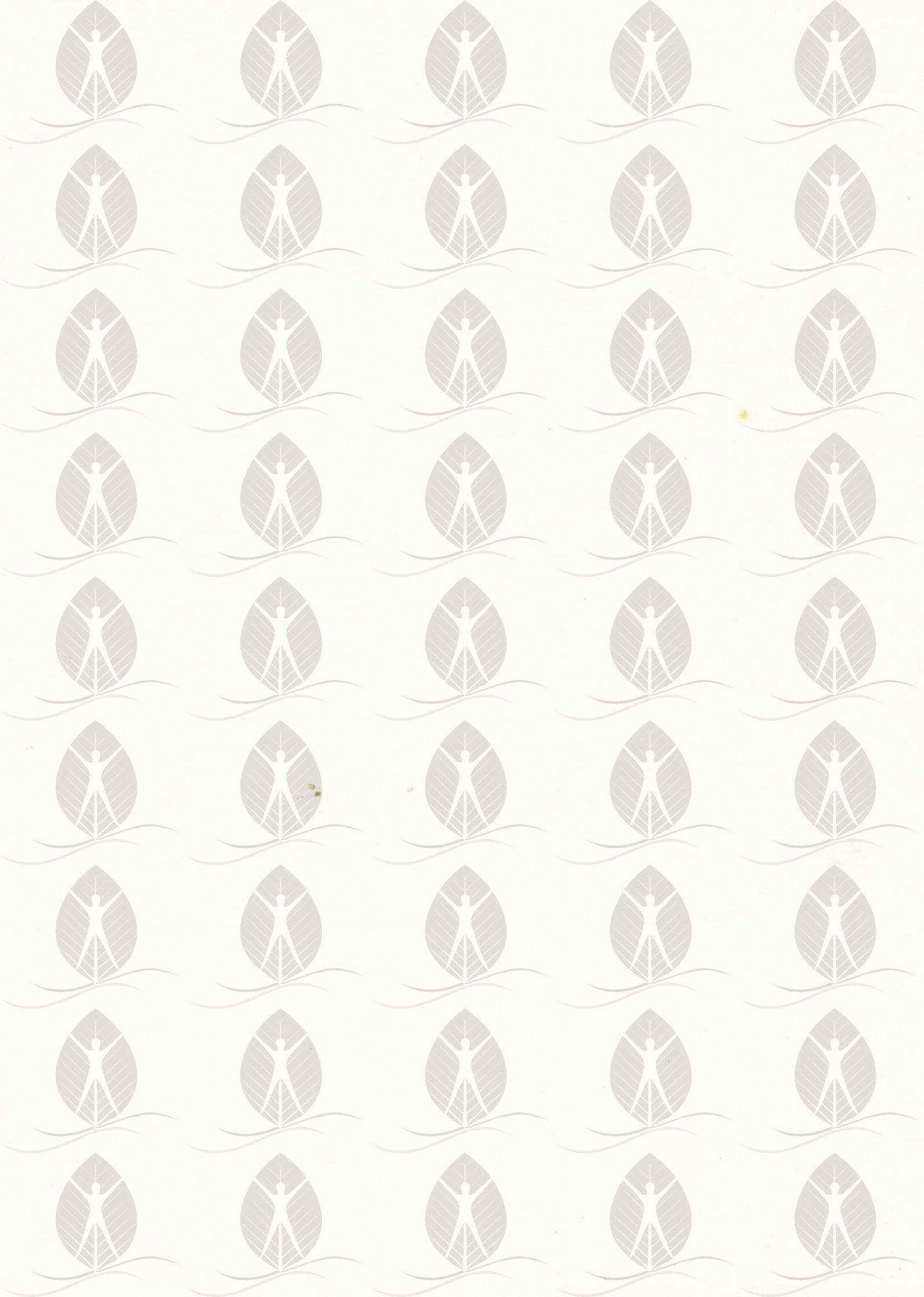
Assim, vieram à lume, "MANICORÉ", "BENJAMIN CONSTANT", "MANACAPURU" e "ITACOATIARA", cadernos de informações básicas que circulam ainda hoje, bem sei, pelas mãos ávidas de conhecimento dos jovens amazonenses.

O CODEAMA dá oportunidade, desta feita, à publicação deste trabalho, como condensamento de uma pesquisa por ele encomendada ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, mediante Contrato de Serviço, que vem possibilitando a reunião de documentos, leis, decretos, relatórios, mensagens e informações gerais sobre Humaitá, Lábrea e Barcelos, podendo se estender a outros municípios.

Como trabalho pioneiro, necessita de ajustamentos e se desdobra agora na vulgarização das informações coletadas e outras que aduzi a esta publicação.

Há que se compreender da necessidade de ampliar a pesquisa, renovar a edição, completar assim o quadro histórico e social do município; e, para tanto, este é o primeiro contributo.

Espero que circule amplamente e sirva para motivar novos estudos.

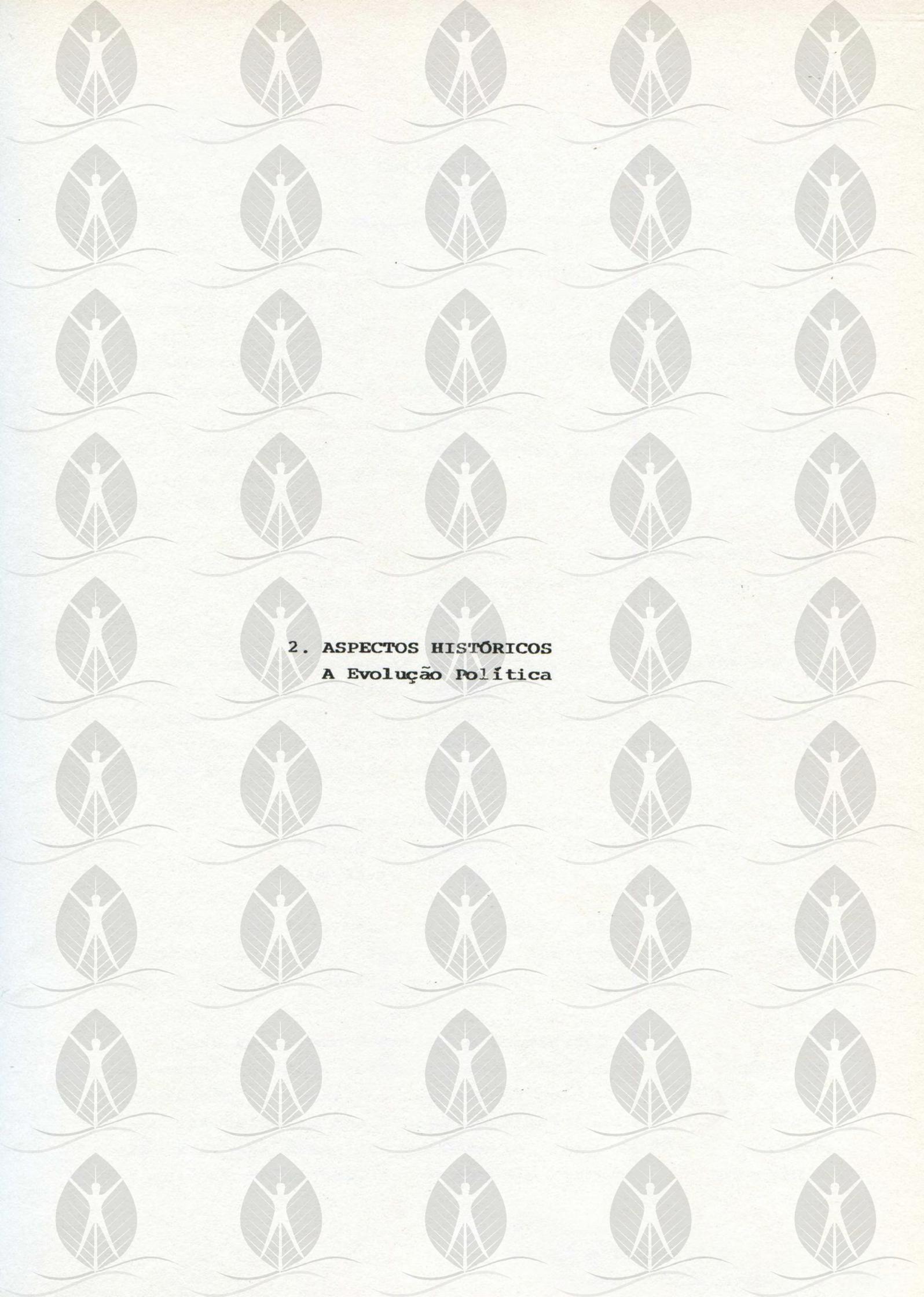


"Humaitá era, como Borba e Manicoré, povoação modesta, batizada em homenagem à vitória do Brasil sobre o Paraguai. O capim atapetava as ruas, às casas de telha sucediam-se as de palhas; tinha a sua capelazita e, por orgulho, os poços de concelho, onde ainda dava cartas o português fundador".

FERREIRA DE CASTRO in A SELVA

".....
Ao rever a ampla selva em que folguei menino,
sinto meu coração fundir-se em brônzeo sino,
como si a terra fosse uma igreja, uma aurora,
e o meu corpo em delírio uma torre sonora....
às ilusões da infância, a minha vida acorda,
cada sentido é a força e cada nervo é a corda,
que me levam no rio - áurea flor de bubuia,
na estranha languidez de uma branda aleluia....
....."

ÁLVARO MAIA, in Buzinas dos Paranás, com o
título de "Sobre as águas barrentas"



2. ASPECTOS HISTÓRICOS
A Evolução Política

O primeiro sítio foi erigido em honra a São Francisco, pelos Padres Missionários, na confluência dos rios Preto e Madeira, "em terras firmes, altas, abundantes em caça e excelentes para a agricultura" (1).

Em 1871 constava de uma população de 135 índios Araras, uma capela, 55 casas, 1 escola e mais a residência do Padre Luis Mancini. Por orientação da catequese haviam preparado 60 roças de mandioca, milho e bananeiras, além de trabalharem com a farinha e com a pesca em 26 canoas.

A situação não inspirava segurança, porque os Parintintins não se cansavam de atacar, destruindo aldeamentos naquela região. Diz o presidente da Província, Domingos Monteiro Peixoto em março de 1871:

"Os índios aldeados andam receosos de ataques da tribo Parintintins, que ameaçam destruir a missão" (2).

Os ataques indígenas eram persistentes e avassaladores. Em 1872 repetiram com a mesma violência, assaltos anteriores que visavam afugentar outros índios e destruir aldeamentos no alto Madeira. A esse respeito, confirma o presidente Monteiro Peixoto, em março de 1873, quando declara, enfaticamente:

"Os Parintintins, ainda ao ano findo, repetiram os ataques que tornam inabitável parte da região do Madeira" (3)

Ainda em 1877 estes ataques persistiam, ampliando-se para o Solimões, no lugar Caldeirão ao mesmo tempo em que a catequese ia se firmando, conforme demonstrado em relatórios oficiais.

José Francisco Monteiro estabelecido no Baetas, rio Madeira, antes de 1863, foi neste ano violentamente atacado em sua propriedade na noite de 3 de junho, pelos índios Parintintins, que assassinaram Ana Thereza d'Almeidã de 60 anos de idade e feriram à Suzana Francisco do Rosário, José Gonçalves Ferreira, Basílio Antônio Rodrigues, Pedro Antônio Ferreira da Assumpção.

todos gravemente e a Angélica Ferreira, Catharina da Conceição e ao menor Manoel, levemente ⁽⁴⁾.

A partir daí o português desbravador começou a promover o deslocamento de seu sítio para outro ponto, menos estratégico para ataques indígenas, onde se estabeleceria Humaitá.

Já em 1872, os documentos oficiais tratam do novo lugar a que os padres franciscanos deveriam erigir em missão mais abaixo da de São Francisco. Diz o presidente Miranda Reis:

"Além da missão fundada próxima à cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira, para a qual partiu no último vapor o missionário Frei Luis Zaccagni no intento não somente de auxiliar os dois encarregados daquela missão como de procurar estabelecer uma nova missão abaixo, mas nas proximidades do rio Beni na margem esquerda do rio Madeira" ⁽⁵⁾.

Neste instante deve ter influido José Francisco Monteiro, trazendo a ação religiosa para seu novo sítio, ou com ela se estabelecendo.

A chegada dos missionários Franciscanos a Manaus, sede da província para desenvolver catequese no interior como não poderia deixar de ser, recebeu especial atenção do governo, e dos seis religiosos, considerados insuficientes para enfrentar a imensa região necessitada de seus serviços dois ficaram no Madeira. Diz o presidente Miranda Reis:

"Acham-se já entre nós seis reverendos Franciscanos observantes, cujo número terá de ser brevemente aumentado " Frei Samuel Mancini (.....) acaba de fundar um pouco abaixo da cachoeira de Santo Antônio, no rio Madeira, uma missão da qual ficaram encarregados os reverendos Frei Jesualdo Machetti e Frei Theodoro Massafra....." ⁽⁶⁾

Em 1877 só havia três missionários franciscanos no Amazonas, distribuídos em Caldeirão, no Solimões e São Francisco do rio Preto, no alto-Madeira, supervisionados em suas funções, pelo Frei Samuel Mancini. Destas apenas a do Madeira, apesar de tudo, progredia aos olhos do governo e merecia registros especiais em relatórios administrativos. Vejamos o que diz a respeito o presidente:

"As únicas missões que há na província são as três que ficam mencionadas. Dessas a que parece progredir e de que algum proveito se poderá recolher é a de São Francisco no Madeira.
..... O estado sanitário tem sido excelente" (7).

Eram na verdade 146 almas reunidas pelos religiosos em 46 fogos, componentes das tribos Araras e Torás, prevendo-se então seu desenvolvimento para uso de olarias, oficinas de ferreiro e carpinteiro, além das práticas agrícolas para a própria subsistência.

Tão evoluída, diante do quadro geral, foi a situação deste sítio, que por proposta de Bento Aranha (o neto), foi elevado à categoria de Vila, em consequência de projeto apresentado a 25 de março de 1885, convertido em lei de nº 686, de 28 de março do mesmo ano.

Os religiosos estavam conseguindo cumprir a Cartografia de 1693 que lhes concedia poderes sobre a catequese dos índios Muras, Turás ou Toras e Araras, habitantes do Madeira.

Na divisão judiciária e administrativa de 1877 a província estava dividida em 9 Municípios com 22 Freguesias, 5 Comarcas e 7 Termos.

Bento Aranha foi novamente o agente político da decisão, de que resultou a Lei de nº 790, de 13 de novembro de 1888 que transferiu a sede da Freguesia para a margem esquerda do rio Madeira, abaixo e oposta ao primitivo sítio, sob a invocação de Nossa Senhora do Bem de Humaitá.

O projeto teve início a 30 de outubro daquele ano, e não encontrou dificuldades para sua tramitação e aprovação, valendo-se das vantagens oferecidas pelo Comendador Monteiro e das dificuldades de há muito identificadas na pacificação dos índios no primeiro aldeamento.

Acha-se agora em terreno elevado, a cerca de 40 m do nível do mar e abaixo do igarapé de Behém, como pretendera o líder político e seu fundador, na segunda investida para estabelecimento de cidade na região.

Em 1890, pelo Decreto de nº 41 de 4 de fevereiro, foi elevada à Categoria de Vila, por decisão do governador Ximeno Villeroy a quem a comunidade reconheceu com a criação de uma praça que recebeu seu nome.

A instalação da Vila deu-se a 1º de março de 1890, em solenidade presidida pelo Coronel Venâncio Antonio de Castro, que na ocasião empossou como primeiro Superintendente (Prefeito), o Coronel José Francisco Monteiro e como Intendentes (Vereadores) o Coronel José Gusmão da Silva Amaral e Manoel Botelho.

Em 1891, pelo Decreto de nº 95-A, de 10 de abril, já constituído o município desmembrado do de Manicoré (1890), foi criada a Comarca.

Em sessão da Assembléia estadual de 19 de julho de 1894 presidida pelo Cel. Emílio José Moreira, valendo-se da argumentação do deputado Soares de que o progresso econômico da goma elástica tinha de propiciar também o desenvolvimento da região, o deputado Botinelly apresentou o projeto de Lei elevando a Vila de Humaitá à Categoria de Cidade. Ei-lo:

"O Projeto de nº 17.

O Congresso Legislativo do Estado do Amazonas DECRETA:

Art. 1º - Fica elevada à Categoria de Cidade de a Vila de Humaitá com a mesma denominação, no rio Madeira,

Art. 2º - Os limites da nova Cidade serão os mesmos da antiga Vila.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário".

O presente projeto foi apreciado seguidamente em 7 de agosto, 13 e 20, quando foi aprovado em 3ª discussão e subiu à sanção do Governador que o aprovou como Lei de nº 90, de 4 de outubro de 1894, dando conhecimento logo no dia seguinte, ao Congresso, como se vê do expediente da sessão legislativa de 5 de outubro.

As vantagens da economia alcançavam a cidade. A imprensa mantinha atividade e os melhoramentos públicos se faziam sentir, quer pela navegação fluvial a vapor, quer pela Lei de nº 111, de 17 de outubro de 1903 que criou a Usina Municipal de Eletricidade com apôlices da dívida pública do estado para fornecimento de energia elétrica e sistema de água encanada. A Santa Casa de Misericórdia de Manaus recebia consubstancial auxílio financeiro para seu funcionamento. Foi edificado o necrotério público.

A cidade prosperava. Eram Vereadores (1902) o Capitão Joaquim Vieira de Souza, o Major Fausto Pereira Maia (pai de Álvaro), José Carvalho, Capitão Ildefonso d'Almeida Monteiro, Tenente-Coronel José Bernardo Freire e Cosme de Faria Teixeira Jr.

Foi Prefeito anterior, na condição de Vereador, Joaquim Vieira de Souza (1902) por entre tantos administradores que souberam valer-se das boas rendas fiscais para fazer crescer e florescer o lugar.

Vejamos, por exemplo, as indicações do quadro de impostos recebidos em 1904 pelo Estado, por cada municipalidade, em que Humaitá figura com 212:321\$772, inferior apenas a São Felipe com 414:477\$120, Floriano Peixoto com 298:338\$631 e Lábrea com 240:029\$433, dentre os 24 arrecadadores, inclusive a capital. Humaitá era pois o 4º arrecadador, para uma receita total de 1.806:278\$401.

Dessa disposição valeu-se também José Soares Barbosa, Prefeito Municipal em 1907 e Eugênio Simpson, também no mesmo ano.

Em 1905 tinha o Amazonas 16 Comarcas e 25 Termos, entre os quais figura Humaitá juntamente com Borba e Manicoré, no rio Madeira.

À época, era iluminada a querosene, contendo 45 casas e cerca de 600 habitantes na sede, agrupadas na forma de vilarejo mas com bastante vida política, de imprensa e social, quando Pedro de Alcantara Bacellar, casando-se, resolve se estabelecer em Humaitá onde faria rápida carreira política, saindo para Governador do Estado.

Na verdade as forças políticas do município estavam monopolizadas pelo Partido Republicano Federal de Humaitá, no Estado sob a liderança de Silvério José Nery, organizado naquela região sob os auspícios do Comendador Monteiro, seu presidente, possivelmente desde junho de 1902, tendo na vice-presidência o Comendador Antônio Francisco Monteiro e na Secretaria o Tenente-Coronel José Soares Barbosa, processando, aqui e ali, o revestimento de membros do diretório, mas nunca da direção partidária.

Foram estas forças políticas que mantiveram em evidência dentre outros líderes, Fausto Pereira Maia, Major da Guarda Nacional.

No período de 1908 a 1910 foram eleitos vereadores, Raimundo de Castro Monteiro, José Mariano Ferreira, Capitão Joaquim Gonçalves Brasil, Major Joaquim de Souza, ao lado de Thomaz Ugalde, José Ferreira Lopes, Raimundo Corrêa de Araújo, Alfredo Machado de Vasconcellos e Antônio Joaquim dos Santos. Na posse dos edis, em 15 de janeiro de 1908, Pedro Bacellar proferiu brilhante discurso, e Raimundo Monteiro, após agradecer o reconhecimento e apoio do povo, renunciou ao cargo valendo-se de princípio constitucional em vigor, talvez porque assumia a prefeitura, na mesma oportunidade, por mais uma vez, José Francisco Monteiro.

Em 1911, pela divisão administrativa adotada, Humaitá figurou com 5 Distritos: Humaitá, Lago Curuitiá, Três Casas, Cavalcante e Santo Antônio.

Em 1913, para atendimento à Lei de nº 74, de 30 de outubro, cedeu área física para a constituição do município de Porto Velho, depois Território Federal de Rondônia e mais recentemente Estado de Rondônia, instalado e administrado na transição constitucional pelo Cel. Rl. Jorge Teixeira de Oliveira, ex-prefeito de Manaus (1975/1979).

O domínio político era completo.

A economia entraria, tempos depois, em crise mais grave, notadamente nas regiões produtoras de borracha como Humaitá e todo o Vale do Madeira e Purús. A administração pública sofreria prejuízos mas não perderia o caráter solene do "coronelismo" por falta de forças de pressão que atuassem organizadamente. O mesmo partido político mantém o domínio da região por longos anos. Mesmo em crise, algumas tentativas de prosperidade e sinais de vitalidade eram manifestadas, de quando em quando, como as investidas para a abertura da estrada Humaitá-Lábrea só conseguida definitivamente, em tempos atuais; a organização da Linha de Tiro de Humaitá; a organização do Grupo Musical, uma Lyra de Ouro (1918); do Grupo Dramático Filho de Thalma (1918), como extertores de uma ativa função cultural e social do seu povo. Ao mesmo tempo decaíam as organizações que dependiam de maior volume de recursos financeiros, como a Sociedade Beneficente Humaythaense, ou as de lazer estrito, como o Athleta Club (1908).

Nas eleições gerais de 1918 venceu Silvério Nery para o Senado da República com 86 votos no colégio local, e Antônio Nogueira com 66 votos para Deputado Federal, em eleições secretariadas por Francisco Plínio Coelho, pai do humaitaense e ex-governador do Estado, Plínio Ramos Coelho, e por Ernesto Brasil de Matos e Euclides Napoleão.

No recenseamento de 1920, procedido e apurado até 19 de novembro, são registrados 5 Distritos, alguns diferentes da organização anterior (1911). Eram: Humaitá, Miraci, Três Casas, Missão de São Francisco, esta, o primeiro sítio de José Francisco Monteiro, e Foz do Rio Javari.

Em 1925, com renda aproximada de 280:000\$000 a sua organização judiciária e territorial era compreendida nos limites de uma Comarca e Termo com 6 Distritos, conforme definido na Lei de nº 1198, de 29 de setembro de 1923. Na época, estavam distribuídos 4.000 habitantes em todo o seu território.

Com as constantes modificações na Lei de organização da divisão judiciária, territorial e administrativa do Estado, e em consequência do movimento revolucionário de 1930, vamos verifi

car a sua confirmação como Município, pelos Atos de nºs 45, de 28 de novembro de 1930 e 33, de 14 de setembro de 1931, ao contrário do que sucedeu com algumas localidades que tiveram seus "predicamentos" alterados.

Na divisão administrativa de 1933 e na organização territorial de 1936 e 1937 (31 de dezembro, respectivamente), e até 31 de março de 1938, quando foi editado o Decreto-Lei Estadual de nº 69, ratificado pelo Decreto-Lei Estadual de nº 78, de 9 de maio do mesmo, figura apenas com um Distrito.

Em fins de 1938, pelo Decreto-Lei Estadual de nº 176, de 1º de dezembro, que organizou o quadro territorial para o período de 1938/1943, foi criado o distrito de Calama, anexo a Humaitá, que seria transferido para o Município de Porto Velho, em virtude do Decreto-Lei Federal de nº 6550, de 31 de maio de 1944.

Na divisão legal para o período de 1944/1948, era Comarca, Termo, Município, Distrito e Cidade, com 5 subdistritos, a exemplo da criação do município em 1890, quando foram instituídos os subdistritos de Humaitá, Carapanatuba, Três Casas, Urupióra e Boa Esperança.

Em 1945, pelo Decreto-Lei Estadual de nº 1400, de 5 de março, voltou a ser composto de um só distrito e 5 subdistritos.

Em 1955, transcorreram eleições gerais no Município, sendo eleito prefeito Raimundo Cavalcante, e vereadores, os senhores Manoel dos Santos Teixeira, Aramécio Ferreira Riça, Oswaldo Eusébio Cahves, Ladislau Sarmiento Almeida, João Chixaro de Souza e José de Souza Lobo, em escrutínio a que compareceram 980 eleitores.

Era a confirmação de uma renovação política que procurava afastar-se do "coronelismo" mais antigo.

Na organização judiciária estabelecida pela Lei de 181, de 22 de dezembro de 1964, figura como Comarca de 1ª Entrância, cabendo o privilégio de serem 2ª Entrância somente a Itacoatiara e Parintins, com duas varas cada.

Em 1970, na divisão fixada pela Lei de nº 1012, de 31 de dezembro, foram mantidos os mesmos subdistritos.

A atual organização municipal do Estado, fixada pela Lei de nº 1707, de 23 de outubro de 1985, determina a sua composição com um Distrito, limitando-se com os Municípios de Canutama, Manicoré (de onde foi desmembrado) Tapauá e com o Estado de Rondônia.

NOTAS

- (1) Relatório do Presidente da Província, Domingos Monteiro Peixoto, lido perante a Assemblêia Legislativa em 25 de março de 1871, Manaus Tipografia do "Commêrcio do Amazonas" 1874 fls. 91
- (2) ob. cit, fls. 92, Domingos Monteiro Peixoto
- (3) Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, lido perante a Assemblêia Legislativa em 25 de março de 1873, Manaus, 1873, Tipografia do "Commêrcio do Amazonas"
- (4) Relatório do Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, lido perante a Assemblêia Legislativa em 25 de março de 1870, Tipografia do "Amazonas", Manaus, 1870, fls. 718.
- (5) Relatório do Presidente da Província José Miranda Reis, lido perante a Assemblêia Legislativa em 25 de março de 1872, Manaus, 1872, fls. 256.
- (6) Relatório do Presidente da Província José M.S. Reis, lido perante a Assemblêia Legislativa, em 8 de junho de 1870, Manaus, 1870, fls. 33/35
- (7) Relatório do Presidente da Província, lido perante a Assemblêia Legislativa, em 1877, Manaus, fls. 745.



3. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

Localizado na Zona Fisiográfica do rio Madeira, em terreno elevado a 40 m, a 79,31',34" de latitude Sul, dista da capital cerca de 370 km por via aérea e 955 por via fluvial. A distância fluvial tem sido indicada diferentemente, por autores e em ocasiões distintas. Vejamos que Agnello Bittencourt indica em 1908, como distante a 546 milhas, e na sua Chorographia em 1925, ajusta para 537 milhas (1).

Numa mais definida localização, verifica-se que está a 79,31',34",4 de latitude sul e 199,50' de longitude O., do Rio de Janeiro, como indica Agnello.

Pelo Atlas do Barão Homem de Mello (1909) vamos encontrá-la como superfície de 53.107 km²., correspondente a 159 dos 28 Municípios então existentes no Amazonas, maior que Manaus que detinha 47.874 km².

Divergem as indicações mais modernas de sua superfície. Para o IBGE em 1950, representa 34.411 km² sendo o 219 Município do Estado dentre os 44 existentes, maior do que o Estado de Alagoas (27.793 km²), e dados oficiais que determinam mais recentemente, 34.131 km², com 2,21% em relação aos demais e integrando a Microrregião 7, que possui 231.317 km², correspondente a 14,84% sobre a área total do Amazonas.

Integra a microrregião juntamente com Borba, Nova Aripuanã e Manicoré, sendo o menor território dentre estes municípios, representando 14,88% sobre a área de sua microrregião, enquanto o maior, que é Borba, possui 94.733 km² representando 40,95% dentre eles.

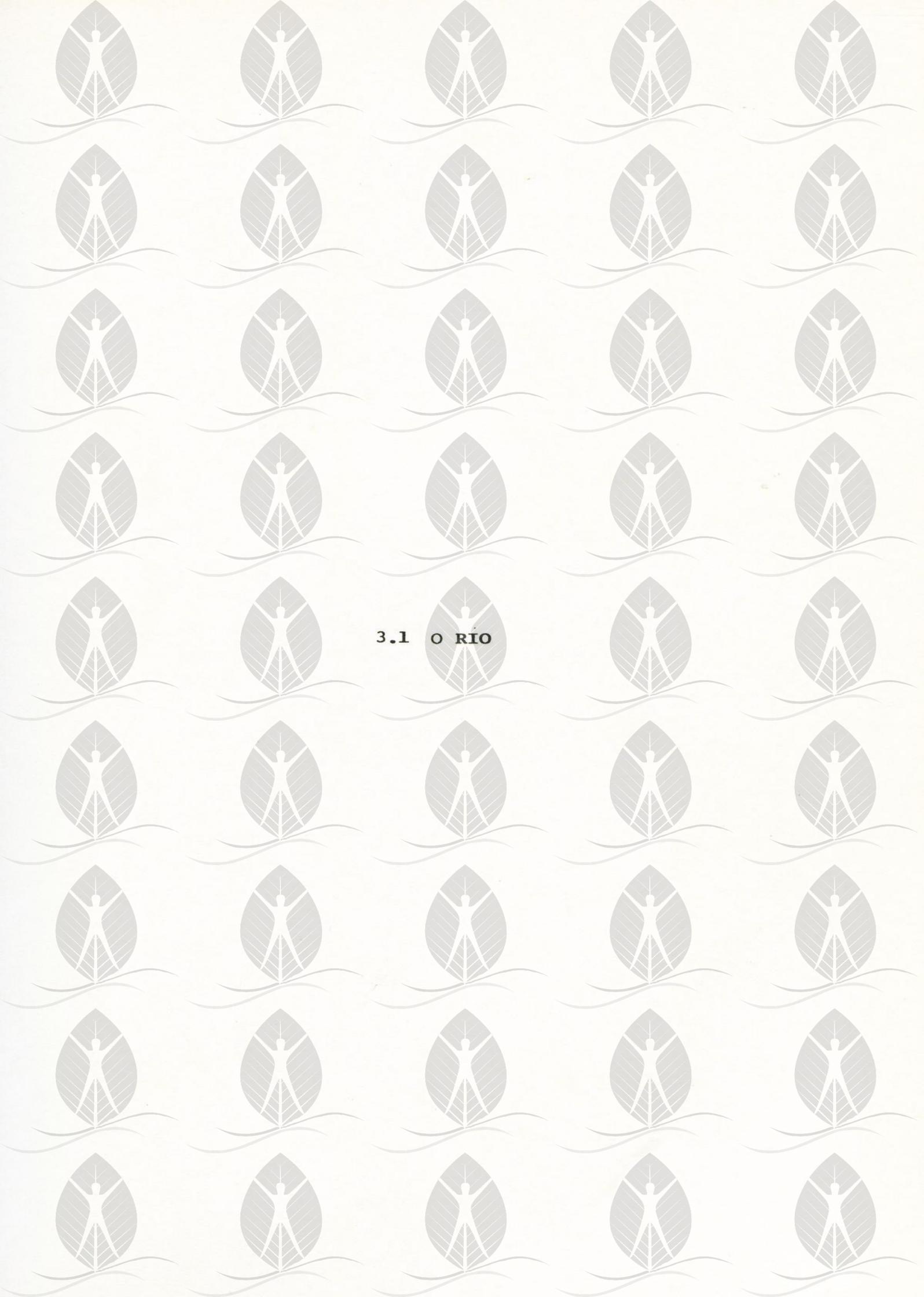
Dados um pouco anteriores indicavam ter uma superfície de 34.431 km².

Limita-se com Canutama, Manicoré e o Estado de Rondônia.

NOTA

(1) Bittencourt, Agnello. Contribuição para a Chorografia Política do Estado do Amazonas, extrahido da These de Concurso pelo professor Agnello Bittencourt, 1905, Typ. da Liv. "Palais Royal", Manaus, 1908

Bittencourt, Agnello. Corografia do Estado do Amazonas, edição fac-similada 1925, Manaus, 1985, ACA-Fundo Editorial



3.1 O RIO

"O fenômeno hidrológico do Brasil é bem um complicado e impressionante paradoxo. No Nordeste, a canícula rouba a água das ca cimbas para encher de lágrimas os olhos do sertanejo; na Amazônia, a enxurrada inunda o solo, para secar de desespero o coração do caboclo tristonho".

RAMAYANA DE CHEVALIER, in "Circo sem Teto da Amazônia".

"Nem a sua subalternidade de afluente de simples braço do gigante, tirava ao Madeira grandeza e imponência".

"... cada pequeno igarapé que desaguava no Madeira, cujo nome ninguém lhe sabia dizer, tinha mais largueza do que o Volga, o Cávado, o Ave ou Guadiana".

"Grande rio, os "gaiolas" subiam-no durante o ano inteiro, confiados na sua profundidade e largueza. E, como eles, remontavam também cardumes de peixes variadíssimos".

FERREIRA DE CASTRO, in "A Selva"

O MADEIRA é talvez dos rios amazônicos o que tem des pertado maior interesse dos estudiosos e viajantes. De há muito sobem e descem suas águas, os mais diversos navegantes que procuram desvendar todos os seus mistérios e deixar às claras todos os caminhos.

Quando publiquei rápido trabalho sobre Manicoré, tam bém cuidei das navegações de estudos no "rio das madeiras", ini ciadas quando da busca do Brasil Central, pelo Capitão-Mor João Barros Guerra, por volta de 1716 ⁽¹⁾.

Exploração mais ampla foi feita por Francisco de Melo Palheta, por ordem do Governador João da Maya Gama (1722/23 e 1725).

Nova exploração seria feita pelo Sargento-Mor Luís Fa gundes Machado em 1749 com excelentes resultados, valendo-se do Alvará de 1733 que declarava o Madeira livre para o comércio e navegação do Pará a Mato Grosso.

É de 1788 a viagem do astrônomo Antônio Pires da Sil va Pontes que concluiu ser o Beni o principal tronco do Madeira e inscreveu-se dentre os tantos que estudavam o caudoloso rio.

Já disse e repito:

"O rio que no Amazonas comanda a vida, diri gindo e subordinando ainda todas as ações das comunidades hinterlandinas, é também a maior fonte de alimentação e de riqueza adquirida pela agricultura em nosso Estado, e tem às suas margens, as sedes dos Municí pios, as vilas, os lugarejos, as igrejas e os cemitérios, constituindo-se, sem dúvida, na dádiva divina mais significativa e neces sária para a vida do homem amazônico" ⁽²⁾.

É o mais caudaloso tributário do Amazonas, considerado por Spix e Martius ⁽³⁾ como "um rio de primeira grandeza", ou co mo prefere João Nogueira da Mata, "rio caudaloso, de magníficas tradições na história planiciária..." ⁽⁴⁾

Sem dúvida que a primeira referência que se pode cogitar sobre o rio Madeira, é de Cristobal de Acuña, in "Descobrim^{en}to do rio das Amazonas", quando de sua participação na expedição de Orellana, tendo oportunidade de registrar seu encanto e assombro, como tantos outros, com "... o grande rio da madeira, assim chamado pelos portugueses pela muita e grossa que trazia quando por ele passaram. Seu verdadeiro nome entre os naturais que o habitam é Cayari...", que significa "rio branco".

Mas a necessidade de permanentes estudos sobre a estrutura e conformação do rio vem proclamada não só pelos estrangeiros, mas por Silva Coutinho⁽⁵⁾, engenheiro que pelos idos de 1860 percorreu o rio, chegando a afirmar em seu relatório:

"Atenta à grande importância do rio Madeira, V.Exa. reconhecerá comigo a necessidade de uma exploração regular nas épocas de maior variação, enchente e vazante, único meio de estudar-se o regime e outras circunstâncias que é preciso pesar bem quando se trata de navegação a vapor"⁽⁶⁾.

A seguir dá uma orientação fundamental, sempre respeitada para a navegação que se inicia no rio, quando afirma "os vapores empregado na navegação do Madeira não devem ser muito compridos, em consequências das voltas do canal..."

Mas nele os portugueses tardaram. Disso quem nos dá notícia mais completa é Lúcio de Azevedo, quando afirma: "No rio Madeira ou da madeira, como se dizia, tarde principiaram as explorações dos portugueses. A ferocidade das tribos guerreiras defendia-lhe a entrada contra a audácia dos aventureiros (...)"⁽⁷⁾

Difere o nome original registrado pelo Príncipe Adalberto da Prússia, mas a descrição que faz, em certos trechos, merece reprodução para amplo conhecimento:

"O colossal rio Madeira, cheio de ilhas, com 3.600 km, de extensão quase igualando ao Volga, deve o nome a sua abundância de madeira flutuante; é conhecido porém entre os

primitivos habitantes pelo nome de Cavari, "rio branco";

Na sua embocadura o Madeira apresenta-se com 1.700 metros de largura, de 7 a 8 metros de profundidade, como uma colossal massa de água turva, amarelo-esverdeada, às vezes esbranquiçada que corre com a pequena velocidade de 6 a 8 metros, lenta e vacilante como se hesitasse em oferecer voluntariamente o pescoço ao jugo do altivo Maranhão, seu único rival no continente sulamericano, para dali por diante seguir as ondas amarelas cor de terra de seu vencedor, sem um nome e sem vontade própria" (8).

Do encontro casual de Robert Avé-Lallemant com o Madeira em sua peregrinação científica de 1859, surge uma declaração digna de reprodução:

"Na embocadura do Madeira, e mesmo no meio dela, repetiu-se exatamente o fenômeno já citado do Rio Negro, a luta de correntes e cores diferentes. A luta no Madeira é mais ruidosa e violenta. Até muito longe ouvem-se o bramir da arrebentação e o turbilhonar das águas e, não se conhecendo esse fenômeno, poder-se-ia pensar na proximidade de uma queda de água" (9).

O rio Madeira compreende dois trechos: o baixo Madeira (da foz à cachoeira de Santo Antônio) e o alto Madeira (da cachoeira de Santo Antônio até a foz do Beni).

Na foz deve ter cerca de 2.700 metros, para ficar em Santo Antônio com aproximadamente 100 metros. Com as enchentes (novembro a maio), alarga-se e absorve as margens; e, na vazante dá lugar a ilhas admiráveis. Chega a correr 3.500 m por hora na região de Baetas.

Pela margem direita (a partir de Santo Antônio), recebe volume d'água significativo de Jamari, Gi-Paraná ou Machado, Marmelos, Ipixuna, Manicoré, Mariupauá e Aripuanã; e pela esquerda, dos lagos e igarapés do mesmo nome, Mirari, Baetas, Capanã e Araras. Devem ainda ser registrados outros lagos que alimentam o Madeira, como o Sampaio, Aruanã, Guariba, Taboca, Macacos, Jacaré, Três Casas, Popunhas, Mururé, Tucunaré, Curicaca, Arari, Matapi, Capitari, Trocanã, Tamanduá, Carapatuba.

Como alto-Madeira denomina-se a maior ramificação de seus formadores, sendo o maior o rio Mamoré; e o mais volumoso, o rio Beni. O trecho chamado "das corredeiras" tem início à jusante da cidade de Guajará-Mirim, com a cachoeira do mesmo nome e termina a montante da cidade de Porto Velho, com a de Santo Antônio, num trecho aproximado de 360 km e um desnível de cerca de 72 m com declividade geral de 20 cm/km para 18 cachoeiras. Como baixo Madeira compreende-se uma extensão de 1.090 km, com desnível de 19 m e declividade aproximada de 1,7 cm/km, sempre francamente navegável, consideradas as dificuldades de "passagens de pedras", de "praias" e de "paus". (10)

Deságua a cinco léguas a montante da cidade de Itacoatiara, com embocadura de 1.220 metros tendo transposto cerca de 56 ilhas, cujos registros diferem entre Silva Coutinho e o Barão de Marajó.

Anuncia o professor Agnello Bittencourt, geógrafo e ilustrado homem de letras, que a maior quantidade de troncos, que desce o rio e dá de certa forma seu nome, é fornecida pelo rio Beni que vem dos Andes para o Amazonas, mas que não impede a movimentação do homem local por todo o seu curso, ora em "gaiolas" ou "vapores", ora em canoas que têm nome como "Formosa", "Viajeira", "Gaivota", "Maria-José", ou em batelões, uma espécie de barcos mais pesados, que também recebem as denominações típicas de "Jacaré", "Cobra Grande", "Onça" etc.

A periodicidade de sua navegabilidade faz com que os autores possam parecer em divergência, mas os registros anunciados devem ter sempre a indicação do ano em que foram recolhidos, e até da fase (cheia ou vazante) para compreensão mais ampla.

Veja-se por exemplo que os registros de viajantes mais

remotos aqui referidos não ajustam às informações de Agnello Bitencourt em 1905 quando produziu importante tese para o Ginásio Amazonense e ainda acreditava que a estrada de ferro daria impulso à região, quando afirmou:

"A navegação, nele, presume-se terá um desenvolvimento triplicado, quando ficar concluída a estrada férrea Madeira Mamoré" (11).

Classificado como rio de água branca, amarela e barrenta com "instabilidade no leito; riqueza e meandros; grande concentração de sedimentos argilosos; rico em sais minerais e matéria orgânicas; bom ambiente ecológico para a fauna; formador de ilhas e várzeas pela sedimentação e colmatagem", (12) já encantou também a escritores e sábios, "engoliu" barcos e gaiolas, assombrou a quem foi desvendando seus caminhos e segredos.

Era o "rio da Morte", o "rio Cayari" que assombrou Melo Palheta, o mesmo que encantaria, anos depois, Ferreira de Castro, que dele diria:

"Ali tudo perdia as proporções normais. Olhos que enfiassem, pela primeira vez, no vasto panorama, recuavam logo sob a sensação pesada do absoluto, que dir-se-ia haver perdido à formação daquele mundo estranho".

E adiante, por um de seus personagens em A SELVA, proclamaria em tom de conversa e história de encantamentos:

"Este rio já teve dois grandes romances. Um foi a construção da estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Levou quase meio século a fazer-se. Os homens chegavam e as febres - zãs! - matavam eles ... O outro romance foi a tentativa de Rondon para civilizar os Parintintins, sem empregar violência..." (13)

NOTAS

(1) Há inúmeras outras viagens de exploração do rio Madeira. Veja a respeito, "indicação cronológica de viagens exploratórias", neste trabalho.

(2) BRAGA, Robério, in "MANICORÉ", FCA/ICOTI, Manaus, maio 1978.

(3) SPIX e MARTIUS, in "Viagem pelo Brasil", vol. 3. IHGB/MEC 1976.

(4) MATA, João Nogueira da, in "Águas Lendárias", Sérgio Cardoso, Manaus, 1969.

JOÃO NOGUEIRA DA MATA é amazonense, membro da Academia Amazonense de Letras e autor de inúmeros títulos sobre a Amazônia, inclusive poesias e contos. Nascido em Manaus, em 1909, é formado em Direito, foi Deputado Estadual e Interventor Estadual.

(5) SILVA COUTINHO, é autor do importante "relatório sobre alguns lugares da província do Amazonas, especialmente o rio Madeira" 1861.

Trata-se de João Martins da Silva Coutinho, nascido no Rio de Janeiro em 1830, autor de inúmeros e significativos trabalhos sobre a Amazônia, sendo companheiro de Agassiz e Hartt. Morreu em 1889.

(6) FERRARINI, Sebastião Antonio, in BORBA, primeira vila do Amazonas, Ed. Metro Cubico, Manaus, 1981, p. 57.

(7) idem, idem.

(8) Príncipe Alberto da Prussia, in "Brasil: Amazonas, Xingu", Universidade de São Paulo, Liv. Itatiaia, 1977, Coleção Reconquista do Brasil.

(9) Robert Avé-Lallemant, in "No rio Amazonas" (1859) Coleção Reconquista do Brasil, vol. 20, Universidade de São Paulo, Livraria Itatiaia, 1980, p. 204.

(10) CODEAMA. AMAZONAS: Diagnóstico do Transporte Fluvial Manaus, 1982, p. 12 e 13.

(11) Contribuição a Chorographia Política do Amazonas, Agnello Bittencourt, 1908, Manaus.

(12) BRAGA, Robério, ob. cit.

(13) FERREIRA DE CASTRO, in A SELVA, p. 84 e 258.



3.2 RODOVIA PIONEIRA
Humaitã-Lábrea

A Rodovia Humaitá-Lábrea tem sua própria história, por isso vamos indicar aqui alguns aspectos de sua realização para auxiliar a que, em breves dias, possa ser composta toda a sua trajetória política e técnica.

Já em 1880, pela Lei de nº 449, de 6 de fevereiro, a Assembléia provincial autorizou o então presidente da Província Tenente-Coronel José Clarindo de Queiroz (-), a dispender até 25:000\$000 rs. para a exploração e abertura de uma estrada que deveria sair do porto de Lábrea, no rio Purús até a foz do rio Beni, no Madeira, iniciando com uma picada para passagem de homens e animais (cavalos) com carga⁽¹⁾.

Tratava-se na verdade, de verificação de possibilidade de sua execução, por ser projeto audacioso, mas que de logo poderia merecer investimento financeiro de maior vulto. O envolvimento com país estrangeiro, pelo canal de comunicação e transporte que se poderia abrir, não passaram despercebidos ao legislador que atendia, ao mesmo tempo, pleito do Cel. Pereira Lábrea⁽²⁾ de grande influência na região.

A seguir, a Lei de nº 619, de 12 de junho de 1883 sancionada pelo presidente José Lustoza da Cunha Paranaguá (-), autorizou a contratação de abertura da estrada entre as cachoeiras de Hyutanahan, no Purús e a foz do rio Beni, para ser executada pelo Tenente Braz Gil da Encarnação.

Tempos depois a direção da estrada pretendida tomava o rumo da sede de Humaitá.

Em 1894 se pretendia a continuação da abertura da estrada ligando Humaitá a Lábrea, chegando a Assembléia Legislativa a autorizar a utilização de recursos financeiros na ordem de 20:000\$000, mediante proposta do deputado Gentil Pereira. A autorização legislativa é de 5 de outubro de 1894, na forma do Ofício de 7 de agosto do mesmo ano do então Superintendente (prefeito) Municipal de Lábrea,

No mesmo ano (1894) são abertos 157 km, de estrada em 45 dias, por uma equipe comandada por Joaquim Sabino Gonçalves, a custo de muitas baixas em seu grupo e muito sofrimento físico.

Em seu Relatório, deste mesmo ano, Sabino apresentou ao Superintendente de Humaitá informações preciosas sobre a pica

da aberta, como resultado do seu trabalho com mais 11 homens armados, que saíram da sede de Humaitá em setembro de 1894 e chegaram em Lábrea a 20 de outubro.

Afinal, Euclides da Cunha em sua visitação de estudos e definição de limites no Amazonas (1904/1905) previra a importância da estrada.

Em 1918, a Lei municipal de nº 286, de 11 de agosto, autorizou a abertura de nova picada para construção da estrada, em obras que durante um certo período foram dirigidas pelo Engenheiro Erasmo Gnone.

Há registros do Pe. Victor Hugo, em 1959, de que em 1916 ensaiou-se uma estrada na área encachoeirada do madeira para unir Teotônio ao Girau, como afirma Ferrarini em sua obra sobre Lábrea a que prefaciei (3)

Em 1949 é feita uma verificação da picada existente, por Antônio de Castro Carneiro, durante 70 dias, saindo de Lábrea. Do mesmo modo, Edmundo Monteiro sairia de Humaitá até o rio Ipixuna.

Em 1955 Benjamin Rondon sai de Lábrea para Humaitá fazendo a pé, cerca de 220 km, investida repetida em 1957 e recebida em Humaitá pelo Pe. Angelo Cerri, após uma viagem de 52 dias.

O governo Plínio Coelho daria atenção mais demorada ao problema. Filho de Humaitá, compreendia bem a situação dos municípios e a necessidade da estrada para o desenvolvimento da região. No seu Relatório de 1955 afirmava que esta seria prioridade estadual, ao lado da rodovia Manaus-Itacoatiara.

Em 1955 foram abertos 8 kms de estrada, e em 1956 foram completados 18 km, executados pela firma de Ruy Brasil Cantanhede, ao custo total de Cr\$ 4.000.000,00 contra Cr\$ 14.000.000,00 para a efetivação de 4,5 km. É deste período a construção de duas pontes de madeira de lei, uma de 35 m sobre o igarapé Bom Futuro e a outra de 16.20 m sobre o do Retiro.

Em 1966 trabalhava-se na abertura final da estrada com duas horas de viagem, mas somente a 23 de setembro de 1976 houve viagem regular de carros com grande festa popular em Lábrea, sendo decretado feriado municipal e cantado o hino oficial

de autoria do Frei Saturnino Fernandez.

O ato formal de entrega da estrada só se daria a 15 de outubro de 1976, à altura do Km 36, às margens do rio Mari, e só foi possível pela ação militar empreendida na área.

Hoje a malha rodoviária de Humaitá é considerável em relação ao Estado, porque integra a zona que permite a composição de um sistema terrestre com base na BR-230, e BR-319, para ligação com o pólo sul-amazônico, composto do Médio-Amazonas, Madeira, Purús, Juruá e que, juntos, representam 80% da população estadual, conquanto, isoladamente esteja (1980) com o menor contingente populacional que era de 29.403 na área urbana e 59.468 na zona rural, de um total de 88.864 de toda a região, correspondente a 6,21%, o que dá uma densidade populacional de 0,39 hbt/km².

Aquela altura já representava a terceira frota de veículos do interior, sendo superada por Parintins, Manacapuru e superior a Itacoatiara (1980).

A conexão rodoviária do Médio-Madeira-Purús, alcança 15 municípios, numa área total de 538.889 km e 283.941 habitantes, dos quais 231.317 km estão no Madeira e 89.864 habitantes⁽⁴⁾.

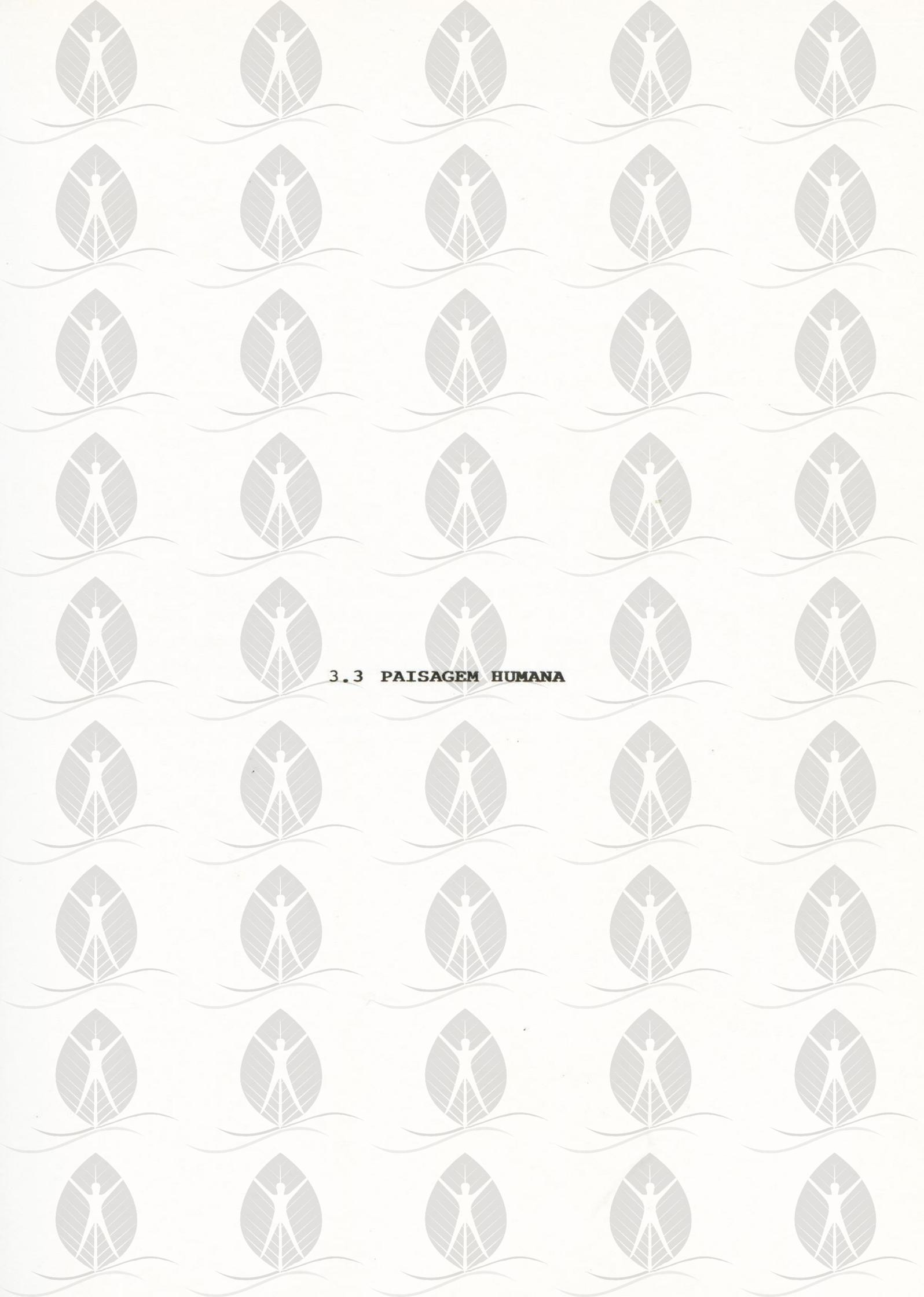
NOTAS

(1) Ferrarini, Sebastião A. Lábrea, Manaus, 1981 - Comissão do Patrimônio Histórico do Estado, - Imprensa Oficial.

(2) Cel. Antônio Pereira Labre, português, fundador da cidade de Lábrea, político influente e deputado estadual. Veja-se a respeito a obra do Prof. Agnello Bittencourt "Dicionário Amazonense de Biografias".

(3) ob. cit. Ferrarini, Sebastião A.

(4) Veja-se a respeito - Sistema Rodoviário do Estado do Amazonas, SETRAN/DER-AM, 1981, julho.



3.3 PAISAGEM HUMANA

No rio das madeiras, muitas e muitas vezes sangrado por gaiolas, batelões, canoas e regatões os mais diversos por onde fizeram história os vapores "Perseverança", "Elias", "Guarany", "Campos Salles", "Montenegro", "Justo Chermont", "Humaitá", "Prudente de Moraes", "Rio Branco", "Rio Manicoré", "Rio Mar", a lancha "Armindo", também navegaram as esperança de escritores, poetas, políticos e cientistas, e o desespero dos indígenas na luta contra a forças da "civilização" que lhes desejavam imprimir os brancos, notadamente os religiosos.

Há nomes ilustres que honram a história e as tradições de Humaitá, e outros há que, não sendo nascidos na terra da "pedra preta", por lá prestaram relevantes serviços ao Estado e notadamente à justiça.

São da região, como registra talvez o seu filho mais emérito, Álvaro Maia, dentre outras figuras, Antonio Francisco Monteiro, Acácio Ferreira do Vale, Alvares Affonso, Manoel Lôbo, Manoel Soares Botelho, Barão Pereira Guimarães, sem falarmos no tronco Monteiro mais diretamente, que fundou a cidade.

Estes proprietários respondiam por seringais da maior importância para a economia regional cujos nomes, MIRACY, FIRMEZA, ALIANÇA, TRÊS CASAS, POPUNHAS, ABELHAS, podem ser encontrados na classificação que nos faz Samuel Benchimol⁽¹⁾ quando cuida da toponímia dos seringais, sítios e fazendas do Amazonas. Ali estão os da "salvação", do "sucesso e da fortuna", da "misericórdia e do desespero", da "paisagem e do chão", como os da "lembrança e da saudade", repetidos em várias regiões, mas voltados para a única identidade que era a base econômica dominante: a borracha.

Não registrei acima o seringal PARAÍSO, a propósito, pelas ligações históricas e sentimentais com a família José Francisco Monteiro.

Sucessivamente o seringal foi sendo administrado pela família Monteiro, mas a constante preocupação com a pacificação dos índios do lugar não cedeu com o tempo, sendo mesmo importante registrar que Pedro Monteiro vendo o insucesso recente da primeira expedição do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), organizou expedição pára-militar comandada por Caetano Centaro para tentar dominar os índios que perturbavam o lugar.

PARAÍSO era a 30 minutos de Humaitá, descendo o rio, do qual disse Nevill Craig:

"Esse aldeamento, aparentemente próspero, assenta-se sobre a margem oriental do rio e sua população é composta de portugueses, judeus espanhóis e grande número de indígenas bolivianos".

Dele traçou Ferreira de Castro uma notícia mais completa ante o quadro da paisagem que vislumbrou em uma de suas viagens ao lugar:

"O seringal desvendava-se agora totalmente: em linha reta erguiam-se tres barracas, logo dois casarões de madeira em telha. Um, revés à terra, devia ser pasto da águas em um ano de enchente grande; o outro muito comprido, ladeado por uma varanda, fixava-se em paliçada, para se libertar das inundações. Pelo porte, tamanho e pinturas, indicava a residência do amo e sede de exploração do seringal" (2)

Há história entre os homens e mulheres, e as famílias de Humaitá que precisa ser contada pela dinâmica da sociedade patriarcal ali organizada. O que estamos reunindo neste trabalho são apanhados a esmo, para a composição desta memória social a ser escrita, entendo que, preferentemente, por um filho de terra que possa trazer cores próprias para a moldura humana do seu desenvolvimento.

Vamos rever, principalmente para a memória e o sentimento dos mais antigos, uma cidade com as ruas Monteiro, Gusmão, 19 de março, 13 de novembro, 15 de novembro, Praça Villeroy, em organização urbana simples, mas ostentando ao mesmo tempo edificações de rara beleza e requinte, a demonstrar a força da economia do vale. Ruas e praça por onde devem ter caminhado no dia-a-dia, João Ventura Ferreira, Capitão José Silva Júnior, Sisino Monteiro, Marineus de Vries, Edmundo Monteiro, Camilo Lelis Monteiro, cruzando com as orquestrações musicais regidas pelos maestros José Pereira de Araújo, João Moura ou F. Coimbra, nas festas populares e nos aniversários elegantes.

Estamos em uma Humaitá do Juiz Rodolpho Gonzaga (1893), da professora Sarah Benarrós Braule Pinto (1896), de José de Lemos Braule Pinto, do promotor Feliciano Bentes, ou de coronéis seringalistas, como de Manoel Maria Filho, gerente do lugar "Pádua", ou de Alcino Montenegro, filho do político cearense e

ex-prefeito de Fortaleza, Cel. Casimiro Montenegro, dono do lugar "Galiléia", ou de Manoel Pereira Gonçalves do lugar "Abelhas", e de D. Ana da Costa Botelho, do lugar "Popunhas".

Cidade que acompanhou a trajetória viva de tantas personalidades, como Francisco Plínio Coelho, José Bezerra de Norões e Sra. Angélica Pena de Norões, e abrigou em seu palacete o futuro Governador Bacellar e família, também proprietário da Fazenda "Petrópolis"; de José de Souza Martins Álvaro Affonso, da professora Maria José Rodrigues, do Coronel Venâncio Antônio de Castro, sogro do Coronel Antônio Francisco Monteiro e avô de Raimundo Monteiro.

É da Humaitá dos sonhos das famílias Major Antônio Botelho e D. Ana Botelho, Cel. Anselmo Tinôco e Sra. Sinhá Tinôco, do farmacêutico popular Capitão Júlio Carlos de Miranda e Sra. Maria Diva da Mota Miranda como de Acácio Ferreira do Vale e D. Yayá Vale, também proprietários do seringal "Firmeza", que é necessário recompor a vida e as lutas sociais e políticas.

É das lutas partidárias de José Francisco Monteiro, Antônio Monteiro, dos vereadores Joaquim Vieira de Souza, Paulo Emílio Pereira da Silva (1908) Vicente P. França (1902), Clarindo R. de Siqueira (1902), como dos prefeitos Joaquim Vieira de Souza (1902), José Soares Barbosa (1907), Eugênio Simpson (1907), Anselmo Joaquim Barbosa Tinôco (1917) Antônio Frederico Monteiro (1929), que precisamos falar.

Para conhecermos a aplicação da justiça e a vida forense, é necessário levantarmos também a ação do Capitão Antônio Augusto Guimarães, de Henrique Rubim, Telesphoro de Almeida, do advogado José Adolfo Lima Avelino, do Juiz de Direito Álvaro Cavalcante de Albuquerque Maranhão (1909), do Dr. Bernardino de Paiva que secretariou jornal local, ou do promotor Luiz França de Assis (1908).

Não haverá como falar da Humaitá de antanho, sem lembrar o Dr. Stanislau Affonso e D. Cléa Maria Affonso, ou o médico Antônio Frederico Monteiro e D. Idalia de Miranda Monteiro, o Cel. José da Costa Crespo e D. Conceição Monteiro Crespo, que era genro de Manoel Soares Botelho ou do padre Raimundo Oliveira, vigário (1917), além das figuras já referenciadas em capítulo distinto deste.

Não há como omitir a Guarda Nacional organizada como força de apoio, recrutando membros da sociedade civil e concedendo-lhes patentes quase honoríficas, teve plena função em Humaitá, mantida pelo mesmo chefe político do Partido dominante, o fundador da cidade e prefeito por muitos anos.

Lá funcionava o 49 Batalhão de Reserva da Guarda Nacional, comandado por José Gusmão S. do Amaral, do qual eram integrantes, dentre outros, o Major-fiscal Francisco U. Moreira Montenegro, Capitão-ajudante José Estevão Lopes de Azevedo, Tenente-Secretário José da Penha Prazeres, Tenente Antônio Ferreira da Silva Gama, Capitão Clarindo Roque da Silveira, Tenente Amâncio Ferreira da Cruz, Alferez João Antônio da Fonseca Mathias, Basílio J. Cardoso, Capitão Manoel Pinto de França, Tenente Manoel Quintino de Souza, Manoel Soares Botelho Filho, Alferez Jerônimo da Cunha Vieira, Amâncio do Nascimento Breves.

Lá estava também o 199 Batalhão de Infantaria, sob o comando do Tenente-Cel. Antônio Francisco Monteiro.

É preciso que os filhos de hoje, conheçam a terra e as relações de sua comunidade, para compreendê-la e melhor empreenderem seu desenvolvimento aberto dinamicamente pelas portas rodoviárias de que se serve nos dias correntes, ligando-se ao restante do país com muito mais facilidade que o interior mais profundo da Amazônia.

NOTAS

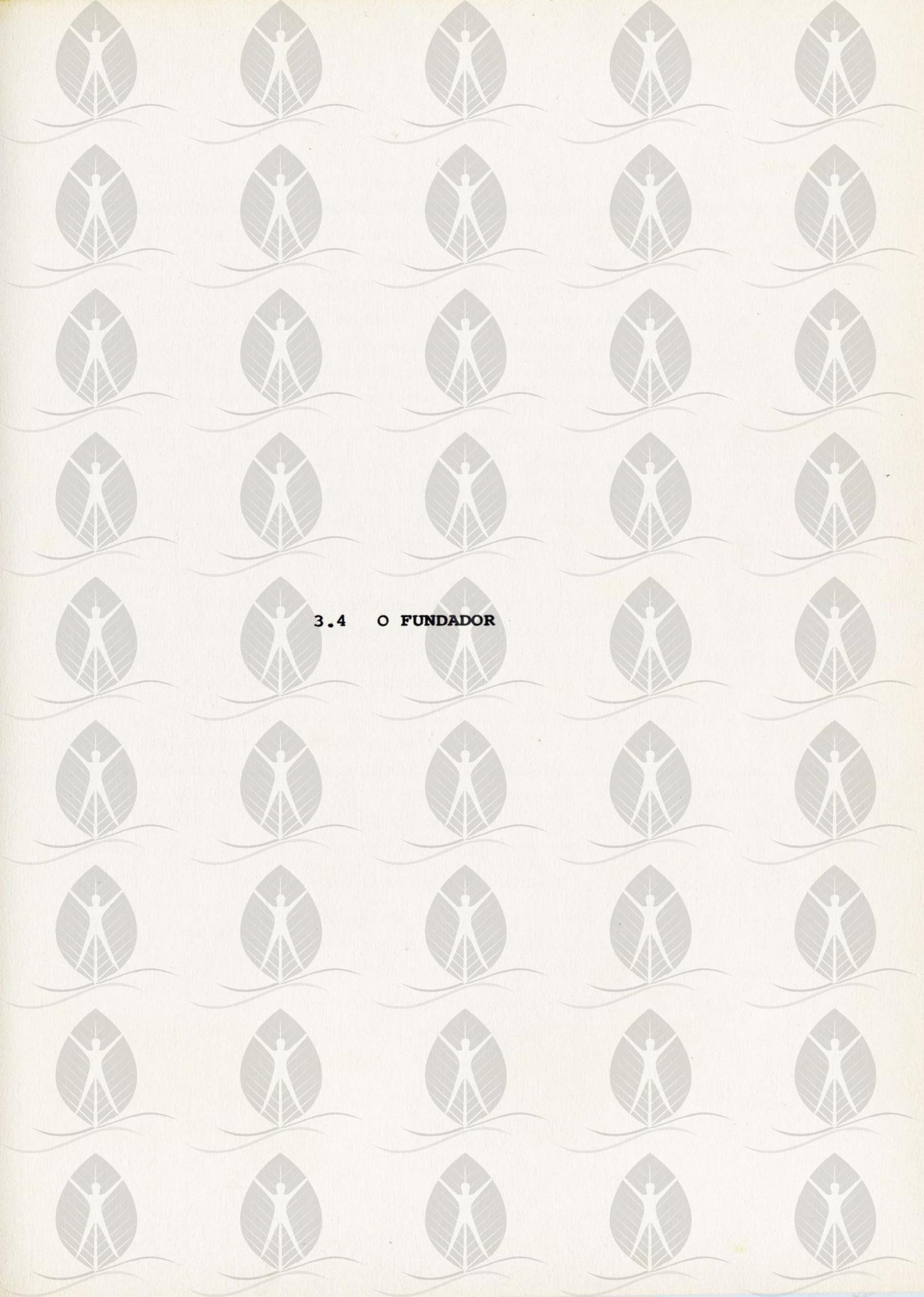
(1) Benchimol, Samuel. *Amazônia: Um Pouco Antes e Além Depois*.
Manaus, Umberto Calderaro, 1977.

(2) Castro, Ferreira de, *A Selva*
editora VERBO, São Paulo
junho, 1972

NOTAS

(1) Benchimol, Samuel. *Amazônia: Um Pouco Antes e Além Depois*.
Manaus, Umberto Calderaro, 1977.

(2) Castro, Ferreira de, *A Selva*
editora VERBO, São Paulo
junho, 1972



3.4 O FUNDADOR

O Comendador José Francisco Monteiro nasceu na cidade do Porto, Portugal, em 19 de março de 1830, onde estudou até os 9 anos de idade, deslocando-se com um tio para o Brasil, vindo a residir em 1840 em São Luiz do Maranhão, empregando-se no comércio e realizando viagens de serviço ao Pará.

Em 1865, já adulto, transferiu-se para Belém do Pará, e daí para o interior do Amazonas, próximo ao igarapé do Mirari, mudando-se em seguida para as proximidades do Beem, em razão dos atritos havidos com os índios Parintintins.

Foi a este novo lugar que deu o nome de Humaitá.

Como fundador, foi também o primeiro Superintendente Municipal (Prefeito) e já em 1880 era cognominado de "o patriarca do rio madeira" e amplamente festejado pela imprensa local, sendo elevado a Comandante Superior da Guarda Nacional da Comarca de Humaitá.

Tendo naturalizado-se brasileiro por ato de 4 de fevereiro de 1889, desempenhou-se das funções de Cônsul da Bolívia na Comarca desde 1881 até sua morte, e Prefeito Municipal várias vezes, tendo como último período de 1914 a 1916.

Foi Coronel da Guarda Nacional e recebeu as Comendas de Nossa Senhora da Conceição de Viçosa e da Ordem de Cristo, ambas de Portugal, bem como foi agraciado com a Medalha de Ouro da "Patriótica Sociedade 19 de dezembro de 1640", conferida pelo Papa Pio IX, pela grandeza da ajuda que deu à construção do Monumento da Praça dos Restauradores", em Portugal.

Era sócio da firma 'José Francisco Monteiro e Cia'.

Faleceu em Humaitá a 10 de outubro de 1917, deixando significativas obras municipais, como a iluminação elétrica, água encanada, Biblioteca Municipal, gráfica, imprensa comercial.

Foi o maior líder político da região e presidente do Partido Republicano Federal, em Humaitá.



**3.5 FIGURAS ILUSTRES QUE NASCERAM
OU ATUARAM EM HUMAITÁ**

Há nomes ilustres que honram a história mais antiga de Humaitá e outros há que, não sendo nascidos na terra da "pedra preta", prestaram relevantes serviços ao Estado e ao povo humaitaense.

Dentre todos, alguns foram recolhidos para figurar neste trabalho, sem prejuízo, naturalmente, ao contributo de outros que não registrados aqui, deram de si o esforço, a inteligência e o idealismo a prol do desenvolvimento da região.

Há políticos, religiosos, professores, senhoras, médicos, juristas, estudiosos, comerciantes, serventuários da justiça, que precisam figurar na completa história do Município que espero, a partir de agora, seja escrita para conhecimento das gerações futuras e mantença dos valores da nacionalidade e de cultura que nos foram legados.

Inscrevem-se neste panorama;

BENJAMIN DE SOUZA RUBIM, maranhense de nascimento (1º de agosto de 1863), inicialmente Juiz Municipal de Itacoatiara (1891), foi removido da Comarca de Manicoré para a de Humaitá em 11 de janeiro de 1896, assumindo as funções a 23 de janeiro seguinte. Permaneceu no cargo e em atividade, até outubro de 1899 quando foi removido para a capital, sendo depois Procurador Geral do Estado (1902). Foi desembargador a partir de dezembro de 1902 e na qualidade de presidente do Tribunal de Justiça assumiu o Governo do Estado (28 e 29 de outubro de 1910). Foi posto em disponibilidade em 1920.

HAMILTON BOTELHO MOURÃO, piauinse de nascimento, destacou-se dentre tantos filhos de "Teresina" que vieram para o Amazonas. Nascido a 10 de março de 1886, formado em Direito no Recife foi nomeado Promotor Público para Humaitá, a 1º de dezembro de 1910, prestando compromisso a 10 de janeiro de 1931 e assumindo a 20 do mesmo mês, permanecendo no cargo até 31 de dezembro de 1912, sendo deslocado para Juiz Municipal de Manicoré, cargo que não assumiu. Foi Secretário Geral do Estado, Chefe de Polícia, Juiz de Direito da Capital, Desembargador efetivo em 1926. Figura proeminente na Maçonaria amazonense.

EMILIANO STANISLAU AFFONSO, paraibano de nascimento (2 de junho de 1881), formado em Direito no Recife, primeiro foi

Juiz de Direito da Comarca de Jamary (1916), sendo removido para Humaitá em 28 de setembro de 1917, cargo que assumiu a 22 de dezembro, após ter servido ao governo estadual. Consta ter exercido plenas atividades até janeiro de 1919 quando voltou a servir ao governo, afastando-se da Comarca em 5 de março de 1925, e assim sucessivas vezes.

MANOEL CARPINTEIRO PERES JÚNIOR, pernambucano (24 de fevereiro de 1884), formado em sua terra, iniciou na magistratura amazonense como Juiz Municipal em Fonte Boa (1906) passando por várias Comarcas, sendo habilitado como Juiz de Direito em Dezembro de 1914. Foi nomeado Promotor Público de Humaitá em 31 de março de 1917, assumindo o cargo a 28 de maio, onde permaneceu até janeiro de 1918 quando assumiu o cargo de Juiz Municipal de Borba. Foi depois Juiz em Rio Branco e Diretor da Penitenciária Central do Estado (1928).

HENRIQUE DE SOUZA RUBIM que teve intensa atividade em Manaus, nasceu no Piauí (25 de março de 1869), foi Vereador na Capital, Professor do Ginásio Amazonense, Diretor do Arquivo Público do Estado, Oficial de Gabinete do Governador Pedro Bacellar, Secretário da Intendência Municipal de Humaitá (Camara) em 1910, tendo sido também Procurador da mesma Intendência em 1909, Tesoureiro e Pagador, como também auxiliar da Secretaria da Prefeitura de Humaitá. Escrivão de Polícia e Juiz de Orfãos. Jornalista e maçom de muitos méritos, participou da fundação do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

RUY ARAÚJO, nascido em pernambuco, político de larga influência no Estado, chegou a Manaus com 4 anos de idade. Formado em Direito em 1921, foi servir, logo após a Revolução de 30, na Comarca de Santo Antônio no rio Madeira, com jurisdição de Humaitá a Guajará-Mirim, como Juiz de Direito. Em 1932 passou a Consultor Jurídico da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, sendo depois Chefe de Polícia da capital. Foi Secretário Geral do Estado, Interventor, Deputado Estadual por longos anos, presidente da Assembléia e Governador interino, até sua morte em 26 de julho de 1969.

PEDRO DE ALCÂNTARA BACELLAR baiano de nascimento (29 de junho de 1875), formado em Medicina pela Escola de Salvador, casou-se em 1905, fixando desde logo sua residência em Hu

maitá, a 4 de outubro do mesmo ano, onde exerceu a profissão e ingressou na política.

Foi Superintendente Municipal (Prefeito), sendo Governador do Estado eleito a 14 de julho de 1916 para suceder a Jonthas de Freitas Pedrosa. Tomou posse a 19 de janeiro de 1917 e governou até 19 de janeiro de 1921.

Teve intensa vida política em Humaitá.

Há personalidades que nasceram em Humaitá, dentre tantas ilustres, que aqui destacamos em alguns traços biográficos, como Álvaro Maia, Raimundo Monteiro - fundadores da Academia Amazonense de Letras, Júlio Uchôa, Plínio Ramos Coelho e Almino Álvares Affonso.

ÁLVARO BOTELHO MAIA, nasceu no seringal "Goiabal" a 19 de fevereiro de 1893, sendo filho de Fausto Ferreira Maia e Josefina Botelho Maia, com mais três irmãos.

Professor, poeta, político, escritor, jornalista, fundador da Academia Amazonense de Letras, advogado, despontou bem cedo para a vida literária e já atuava na vida política do Ceará, quando estudou nas terras de Iracema.

Sua primeira contribuição literária foi, verdadeiramente, CABELOS NEGROS, no jornal CURUMI, de 1904, mas seu primeiro livro só veio a público em 1943, sob o título "Na Vanguarda da Retaguarda", seguido de "Gente dos Seringais" em 1956, no Rio de Janeiro, quando assume a temática que o apaixonaria ao lado do espiritualismo.

É vastíssima a sua bibliografia. Mas devem ser destacados "Buzina dos Paranás", 1958; Nas Barras do Pretório; "Beira d'ão"; "Banco de Canoa", 1963; "Defumadores e Porongas", 1966; "Tenda de Emaús, 1968.

Como político foi Governador, Interventor, Senador da República por duas ocasiões, e representante do Brasil na Organização das Nações Unidas em 1948, encargo que desempenhou com a mesma responsabilidade com que cumpriu a missão de Secretário da Superintendência (Prefeitura) de Porto Velho e da Prefeitura de Manaus.

É figura de maior projeção no cenário político por

longos anos, sem perder a postura cabocla - a simplicidade e a solicitude - e mesmo entre o turbilhão de lutas partidárias, não deixou de produzir para a nossa literatura com intenso brilho.

Dele muito se tem escrito, estudando e procurando divulgar, mas em verdade ainda não se fez justiça ao imenso trabalho poético de suas produções, e mesmo e principalmente à compreensão humana de sua trajetória político-administrativa.

Não cabe aqui neste trabalho tal análise, nem mesmo a organização bibliográfica dos inúmeros artigos publicados pela imprensa onde colaborou vivamente, mas tão somente o registro de ser - Álvaro, a culminância da inteligência literária de Humaitá ao lado de Raimundo Monteiro cuja projeção foi mais ampla nas lides nacionais.

RAIMUNDO DE CASTRO MONTEIRO, nasceu em Humaitá, estudou em Paris, Londres e Rio de Janeiro e morreu em Manaus. Nascido a 24 de outubro de 1882, era filho do comerciante - seringarista Coronel Antônio Francisco Monteiro e Dona Ana de Castro Monteiro.

Foi cartorário em Manaus. Casou-se com Dona Úrsula Botelho Monteiro, sua prima em primeiro grau.

Proprietário e herdeiro do seringal "MIRARI" que foi de Antônio Francisco Monteiro, onde estiveram Ferreira de Castro e Anibal Theófilo, que também estiveram no "PARAÍSO", outro seringal da família.

Amigo íntimo de Martins Fontes, Bilac, Bruno Barbosa e Anibal Theófilo, administrou seus seringais no rio Machado e no rio Preto, ao mesmo tempo em que produzia para a literatura brasileira peças de grande valor.

São de sua lavra, além de poesias aqui publicadas e lançadas nos jornais de sua terra, dentre outras, as seguintes obras:

"VOLUPTAS", "HORAS LENTAS" e "CENA AMAZÔNICA", fulgurações singulares da nossa literatura, e estudadas por Álvaro Maia como sendo, de "versos da adolescência"; "livro de maturidade e meditação"; "Livro de disvirginamento da floresta", respectivamente.

Esparçadamente há muito o que ser recolhido de sua obra, dentre os quais se pode referir:

"A uma mulher", Jornal do Amazonas, Manaus, 22.2.1905, nº 626

"Symbolo", Poliantéia para a Cruz Vermelha, Manaus novembro de 1917

"Noute Morta", Revista Cá e Lá, Manaus, nº 8, em 12 de maio de 1917

"Penthesilêa", Redempção, Manaus, ano I, nº V / VI, mar/abr 1925

"Evocação de paisagem", Amazônida, Mao, Fev.1928 ano I, nº 17

"Infelizes", Amazônida, dez, 1928, ano, 2, nº 27

"Natal triste", Cabocla, set, 1936, Manaus

"Flammas", Redempção, mar, 1926, Manaus, nº especial

"Andromacha", Redempção, out., 1925, ano 1, nº VIII

"Música da Camara", Redempção, nov. 1927, Mao, ano 3, nº XIII

"Amanhecer no Amazonas", Redempção, nov.1927, Mao

"A dor do bandeirante", Rev. da Academia Amazonense de Letras, ano 1, nº 1, Manaus, Imp. Pública, 1920

Membro fundador da Academia Amazonense de Letras, sobre ele deve-se observar o Dicionário "Vultos do Passado"(1) do Professor Agnello Bittencourt e importante artigo de Genesino Braga no Jornal do Comércio de Manaus em 12 de novembro de 1971 e ainda, quando publicado, o belíssimo discurso de posse do poeta Max Carpentier, recentemente, na Academia de Letras.

JÚLIO BENEVIDES UCHÔA, nasceu em Três Casas, a 19 de maio de 1897, sendo filho de Damião Raulino Uchôa, e Dona Maria José Benevides Uchôa. Estudou em Manaus onde formou-se em Agronomia. Jornalista nos tempos da revolução de 1924, foi Diretor por longos anos do Serviço de Estatística do Estado. É autor, dentre outros trabalhos esparsos de: "Palácio Rio Negro - Histórico de sua aquisição" e "Flagrantes educacionais do Amazonas de Ontem", lançado pelo governo ao tempo da administração do prof .

Arthur Reis, junto com outras grandes contribuições ao conhecimento de nossa terra.

Faleceu em 4 de agosto de 1970.

PLÍNIO RAMOS COELHO, nascido em 21.02.1920, filho de Francisco Plínio Coelho, cartorário de Humaitá e depois Vereador em Manaus, advogado formado pela nossa Faculdade em 20.12.1947, foi professor da Faculdade de Ciências Econômicas antes da organização da Universidade do Amazonas, Deputado Estadual constituinte, deputado Federal e Governador do Estado em dois períodos (1954/1958 e 1962/1964).

Principal líder do trabalhismo amazonense contra o PSD e a coligação de apoio a Álvaro Maia, mantém ainda em organização o Partido Trabalhista Brasileiro em nosso Estado.

ALMINO MONTEIRO ÁLVARES AFFONSO, nasceu em Humaitá, a 11 de abril de 1930, tendo publicado na imprensa produções poéticas que precisam ser reunidas. Desde cedo despontou como líder político na vida estudantil, chegando a Deputado Federal pelo Partido Trabalhista Brasileiro em fevereiro de 1959, de onde saiu em 1963 para as elevadas funções de Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, tendo depois reassumido o mandato até abril de 1964.

De suas contribuições poéticas na imprensa merece realce "Beleza Pagã", oferecida a Maria Amália Ferreira e que integra coletânea poética organizada por Anísio Melo.

NOTA

(1) Veja-se a respeito, além de outras obras, o Dicionário Amazonense de Biografias, "Vultos do Passado", do Prof. Agnello Bittencourt, Ed. Conquista,

O autor tem em preparo a Antologia dos Fundadores da Academia Amazonense de Letras, do qual se valeu para as notas biográficas aqui apresentadas.



3.6 A IMPRENSA

A imprensa amazonense que começou em Manaus, por Ma noel Silva Ramos, pouco antes da instalação do governo provin cial com o periódico "Estrela do Amazonas" depois "Cinco de Se tembro", alcança o interior em 1874 com o jornal "Itacoatiara" lançado na Velha Serpa (Itacoatiara). Logo depois surgiram jor nais em Parintins, Manacapuru, Coary, Tefé, Barcelos, São Joa quim, Rio Branco, Humaitá, Manicoré e Lábrea.

Da coleção pacientemente organizada por J.B. Faria e Souza, adquirida pelo Instituto Geográfico e Histórico do Ama zonas na gestão administrativa e fecunda do professor Agnello Bittencourt, constam ainda hoje e em fase de processamento para microfilmagem por convênio de interesse nacional, os jornais "HUMAYTHAENSE", "O MADEIRENSE", "A QUINZENA" e "O SINO".

O primeiro deles foi lançado a 29 de agosto de 1891, e até 1908 continuava a ter publicação regular. O Instituto Histó rico possui exemplares até 1917, não sendo possível precisar a data em que deixou de circular.

A data era considerada de alta importância para a co munidade de Humaitá. O jornal assim se exprimia em 1910:

29 DE AGOSTO

"Na história de Humaythá, esta data rememo ra mais de um acontecimento notável.

Não somente em obediência à praxe estatuída, como também por julgarmos de maior importân cia, registrarmos em primeiro lugar, o do aparecimento deste valente periódico, deste mido defensor dos interesses municipais.

Sim, em sendo o jornalismo uma das mais bri lhantes manifestações da atividade humana, seja-nos permitida a franqueza de conside rar tal fato o de maior valor para esta ci dade.

Todos nós sabemos que, não fosse a Imprensa, esse fôco de luz de uma origem verdadeira

mente divina, esse soldo pensamento difundi do por toda a parte os raios benéficos do saber e da religião, nunca o progresso sur gíria para a humanidade.

Foi por meu intermédio que o homem conse guiu penetrar às espessas trevas da ignorân cia e aí explanar com a máxima clareza, aos espíritos inçultos, os salutareis princípios da moral e do bem.

O jornal tem sido indubitavelmente a mais poderosa alavanca da civilização. Todos os adiantamentos, todas as evoluções porque as ciências tem passado, todas as transforma ções que as artes e as letras hão sobrevivido, se operaram sob a sua poderosa influên cia.

Propugnador incansável dos nobres ideais, combatente invencível dos vícios e misé rias que infestam as sociedades, ele se há constituído, em todos os tempos e em todos os países do mundo civilizado, a mais forte quantia dos direitos e liberdades indivi duais.

Quando o jornalista sabe empreender a im portância da sua profissão e faz dela um sa cerdócio, torna-se um benemérito tão útil e a pátria como o militar que no campo da ba talha expondo a vida às balas inimigas, de fende com heroísmo a sua honra e integri dade.

É que as lutas pacíficas da inteligência em prol do desenvolvimento moral e material dos povos, não são menos dignificantes que os mais assinalados feitos de bravura.

Conquanto menos arriçada, a missão da im prensa não deixa por isso de ser uma das mais mobilitantes e dignificadoras.

Eis a razão porque dissemos, no começo des

tas linhas, ser a fundação do HUMAYTHAENSE o fato de maior importância dentre os que hoje esta cidade comemora.

Rejubilados, pois, ante esta data gloriosa que marca o XIX aniversário deste jornal, enviamos ao altivo povo de Humaythá, especialmente aqueles que se tem empenhado em com verdadeiro patriotismo, na obra grandiosa do progresso desta florescente cidade, os nossos efusivos saudaes portão auspicioso quão imorredoiro acontecimento.

Salve 29 de Agosto de 1910".

Foi dirigido por Antônio Francisco Monteiro (1893) tendo como administrador João Firmino Pinto e redator Manoel Quintela Jr. Já em 1907, depois de algumas interrupções, voltava a circular tendo como redatores o escritor Raimundo Monteiro e Luís Nogueira Bezerra, agora vinculado abertamente a partido político, sendo dirigido, no ano seguinte (1908), por Henrique Rubim. Antes de 1902 havia sofrido também algumas interrupções.

Ao tempo de Raimundo Monteiro (1908), organizou-se com correspondentes nos principais pontos da região, sendo um deles Aníbal Theófilo, no lugar Mirari.

Em 1917 estava como órgão vinculado ao Partido Republicano Amazonense.

De cunho nacionalista, antes mesmo da impregnação sucedida muitos anos depois, o "HUMAYTHAENSE" já em 1895 rendia louvores às vitórias cívicas da nação, reunindo em um só editorial o 7 de setembro, o 15 de novembro e o 13 de maio, estendendo-se em longas considerações históricas sobre a abolição da escravatura negra em outro artigo de primeira página. Eis a força da impressa na sua concepção cívica:

"Sente-se ainda palpitar a alma brasileira ao invocar o teu nome, oh! Liberdade, a que fizeste o nosso 7 de Setembro, o 15 de Novembro e o popular 13 de Maio, como fizeste o glorioso 89 dos franceses.

- 13 de Maio - foi um grande dia, é uma grande data.

Recorda-nos a propaganda nacional da extinção do elenco servil no solo pátrio. Foi campanha reunida, incruenta, liberal nos seus princípios, gloriosa nos seus feitos, popular nas suas idéias e triunfante na sua marcha.

Era a voz da pátria esmolando, ao hino da liberdade, um óbulo ingente para a abolição da escravatura, que nos amesquinhava sobremodo perante o século XIX.

Mais dias, menos dias, nós brasileiros teríamos a redenção dos cativos, sem que para isso fosse precisa a áurea lei de 13 de Maio de 1888.

A lei Paranhos, sancionada em 1871, libertava o berço dos filhos dos milhares de cativos que ainda possuía o Império do Brasil. O Ceará, por cuja propaganda tenaz, heróica, do abolicionismo nacional, levantou, o brado ativo de Redenção estava liberto e o que era mais: libertava!

O seu exemplo histórico era então imitado já por algumas províncias devotadas à causa da liberdade.

Era arraigada, iminente, a idéia da emancipação total dos escravos.

Mais um dia, e os outros patriotas - Conselheiros João Alfredo, Joaquim Nabuco, e ainda José do Patrocínio, e outros apoiados pelo governo liberal da Princesa Regente, a data de 13 de Maio burilaram, esplêndida, fulgente, numa revoada de flores.

A imprensa brasileira se ufana, portanto, em se revestir de galas hoje, ela tanto que batalhou na Santa propaganda da abolição, e exultará conosco: VIVA 13 DE MAIO".

"O SINO", cujo primeiro número é de 20 de outubro de 1901, de pouca circulação, "órgão crítico e noticioso", sob a direção de Camilo Bastos tendo como gerente Narzen Coutinho, era editado na tipografia de "O HUMAYTHAENSE", na rua 19 de Março. Circulação semanal, assim se definia no lançamento:

"O SINO, completamente despojado de ódios e paixões, surge hoje com o único fim de curar do engrandecimento do nosso município, pelo desenvolvimento da inteligência, abrindo as suas colunas a todos os que procuram educar o espírito e publicar as suas impressões intelectuais e todo o produto de suas locubrações mentais.

O Sino tem no seu corpo redacional um grupo de moços que, apesar de pouco práticos na carreira do jornalismo, muito fortes na vontade de levar a efeito a causa a que se dedicaram na certeza em que estão, de serem coadjuvados pelos homens de letras conhecidos no mundo literário e residentes entre nós".

Possui o Instituto Histórico seu primeiro exemplar.

"A QUINZENA" cujo primeiro número é de 7 de setembro de 1911, sob a propriedade de J.C. Crespo, assim se apresentava ao público:

"... não é um órgão de combate, nem se fia a grupos políticos, digamo-lo desde já. É sim, um campo neutro, onde poderão terçar armas todos os pensadores, qualquer que seja o seu credo filosófico, literário ou político mas onde jamais terá guarida a politicagem de campanário, elemento de desordem e fator principal do atraso e da desmoralização das terras pequenas".

Chegava o novo jornal em razão da suspensão de "HUMAYTHAENSE", procurando suprir a lacuna por ele deixada todos os domingos, "franqueado a todos os cultores das letras e aspirando somente a levantar bem alto os créditos e renome desta terra rica, generosa e hospitaleira".

O Cel. José da Costa Crespo assumia assim, com seu jornal, posição definida na cidade. Não se tem notícia de até quando circulou.

"O MADEIRENSE" foi organizado pela Prefeitura Municipal de Humaitá, na gestão do prefeito Coronel Anselmo Joaquim Barbosa Tinôco, a partir do ofício de nº 169, de 17 de janeiro de 1909 que solicitou ao governador Pedro Bacellar providências para aquisição "de uma tipografia de modesto custo".

Foi então comprada a oficina do antigo jornal "O COMERCIAL", de Manaus, pelo valor de rs. 4:500rs., chegando a uma despesa total de 6:000\$000 com transporte, escritura, montagem e demais serviços necessários ao seu funcionamento.

A esse respeito, dizia o prefeito em seu Relatório à Câmara Municipal, na 1a. sessão ordinária de março de 1918: "Foi portanto uma excelente aquisição, cuja despesa espero aprovareis".

Circulou pela primeira vez a 19 de março de 1918 em comemoração ao 28 anos de instalação do Município.

A sua organização administrativa foi dada a seguir, e ainda em 1919 a Prefeitura pagava administrador, tipógrafo e ajudante, mediante autorização em Lei.

Circula com uma poesia, em primeira página, de Raimundo Monteiro, anunciando ser órgão de defesa dos interesses do município, assim explicando sua rota:

"Dotado dos melhores elementos, para vencer e progredir, tendo em conta a orientação de que é de se supor segura, sábia, expurgada de preconceitos e intolerâncias, peculiares ao jornalismo barato, surge hoje o MADEIRENSE na arena da imprensa amazonense (...) sempre pronto a aplaudir os que se acham na vanguarda dos empreendimentos úteis ao progresso de um povo..."



3.7 A MISSÃO CATÓLICA

A Missão de Santo Antônio estabelecida por volta de 1872/73 e as tentativas de pacificação dos índios do lugar marca a presença dos religiosos na região, área já cedida aos Jesuítas desde 1693 por Carta Régia para trabalhos católicos.

A presença dos padres foi sempre uma constante na vida dos povos amazônicos, organizados em prela^{vi}zas e outras formas, como distribuição setorial das diversas ordens. Foram assentando bases católicas pela oficialidade da religião, até a criação da prelazia de Porto Velho, em 19 de maio de 1925 por Pio XI, sendo legada à Sociedade Salesiana, através do Pe. Antônio Peixoto que lá chegou em 1926, logo seguido pelo Pe. José Maria Pena que chega a ser personagem viva de obra do escritor Álvaro Maia.

Foi primeiro administrador Apostólico Dom Pedro Massa, Bispo de muito serviço prestado à sociedade amazonense como um todo, fato reconhecido pela Cidadania Honorífica que lhe foi concedida na primeira administração Gilberto Mestrinho (1958-1962).

A Prelazia de Humaitá resulta das reuniões dos Prelados da Amazônia realizadas em Belém, respectivamente em 1954/1957, à época da Nunciatura Apostólica de Dom Armando Lombardi. Foi criada pela Bula "Fertili Evangelii semen", de 26 de junho 1961, sendo alçado a primeiro prelado Dom José Domitrovitsch, empossado a 5 de novembro do mesmo ano e falecido em 26 de fevereiro de 1962.

Dom José iniciou suas atividades em 1922, sendo responsável pela igreja de Barcelos e tendo sido vigário de Anamidaua, próximo a Belém. Trabalhou por longos anos no Rio Negro. Foi elevado à dignidade episcopal em 19 de março de 1950 e por 10 anos foi Bispo Coadjutor do prelado do Rio Negro, sendo deslocado em 1961 para Humaitá. Tem em seus registros superiores a honra de ter sido recebido por dois Papas, Pio XII e João XXIII.

A 24 de maio de 1962 assumiu a Prelazia Dom Miguel d'Aversa, que foi Diretor do Noviciado Estudantino Salesiano de Jaboatão, em Pernambuco, Provincial da Inspeção Salesiana do Norte e primeiro Inspetor da Inspeção Missionária da Amazônia.

Prestaram função religiosa em Humaitá, além destes, o Padre Antônio Peixoto, natural de Araras e formado em Filosofia em Roma que atuou por muitos anos em Rondônia, indo falecer em Niterói, e outros de dedicação plena à causa que abraçaram e cuja história precisa ser escrita.

O governo municipal e estadual sempre esteve atento às necessidades da organização religiosa e participando da empresa que se multiplicou sempre, entre a assistência religiosa em

si, a educação, e a saúde.

Pela lei de nº 408 de 25 de abril de 1924, doou área do patrimônio municipal à Santa Mitra da Diocese do Estado, de 8 por 15 metros, onde se encontrava edificada a capela de Santo Antônio, dando ao mesmo tempo, esta denominação à rua.

Do mesmo modo, pela Lei 470, de 4 de maio de 1930 doou à então prelazia Apostólica de Porto Velho, 4 lotes de terras de 14 metros de frente por 100 de fundos, concedendo mais isenção de impostos por vinte anos.

Dentre os muitos serviços que desenvolveu em Humaitã, devemos registrar o Hospital, o Patronato Doméstico Profissional, e os serviços de meteorologia que, aliás, organizaram com estações em Barcelos, Tupuruquara, Porto Velho, Uaupês, Pari-Cachoeira, Içana, Manaus, além de Humaitã.

A zona da Prelazia era, inicialmente de 96.689Km² com aproximadamente 45.000 habitantes, porque atingia também o Município de Manicoré.



3.8

1976.

Panorama geral

Este capítulo visa dar uma visão panorâmica da situação geral do município em 1976, exatamente a dez anos passados, para que se possa efetivar uma comparação com os dados atuais ⁽¹⁾.

Em 1976, numa superfície de 34.431. Km² estavam distribuídos 15.236 habitantes, numa densidade populacional de 0,44 hbt/km².

Um total de 77 embarcações cobriam a navegação na região, sendo 39 saindo de Manaus e 36 fazendo trechos intermediários. Antes, como agora, uma das grandes dificuldades de navegação no rio Madeira é a segurança dos barcos, que são do tipo tradicional, com casco em madeira e cujos panes nem sempre podem ser resolvidos durante as viagens, quer por falta de peças como de oficinas adequadas. O maior número de panes é no hélice, que em 1970 chegaram a somar 10, num conjunto de 24 panes de 9 tipos diferentes, conforme levantamentos do CODEAMA ⁽²⁾.

O transporte de passageiros e cargas é conjunto. O motor traz para Manaus farinha, borracha, frutas. Agora a maior quantidade de borracha vem do Purús.

O viagem dos barcos obedece trajeto mais ou menos regular, passando por Autazes, Nova Olinda do Norte, Borba, Novo Arapuanã, Manicoré, Humaitá e Porto Velho. É conveniente registrar que os barcos em tráfego para Humaitá representam 14,29% do total das embarcações do rio Madeira.

A distância entre Manaus e Humaitá (1976) era calculada em 571 milhas com seis embarcações diretas, consumindo 191 horas de viagem e mais 429 horas consideradas "ociosas".

Os passageiros não costumam viajar a partir de Manaus. A grande afluência é de Manicoré para Humaitá e desta para Porto Velho, considerada a enorme distância e a existência de rodovia e serviços aéreos.

Em 1976 a cidade tinha 52 leitos hospitalares, 3 ambulatórios assistenciais, 1 farmácia pública, 1 gabinete dentário, 1 laboratório, 4 médicos, 1 enfermeiro. Não havia, segundo as pesquisas oficiais, deficiência de leito hospitalar em qualquer setor de atendimento, como clínica geral, obstetrícia e pediatria.

Na região, somente Humaitá possuía posto da Fundação SESP, do IBDF, da SUFRAMA e da Embratel, além de ter escritórios também da EMATER, EBCT, Polícia Militar, TELAMAZON, SUCAM, INPS,

FUNRURAL, PROJETO RONDON, RECEITA FEDERAL, Ministério do Trabalho, Junta do Serviço Militar, COMARA.

Não possuía serviços da COSAMA, IBGE, SEPROR, Justiça do Trabalho, DETRAN/AM, Capitania dos Portos, IPASEA, Posto Meteorológico e TASA que são alguns postos de serviços públicos existentes na Amazônia.

Dos três hotéis instalados na região do Madeira, um estava em Humaitá, juntamente com uma oficina mecânica e uma de relojoeiro. Não havia oficina de barcos. Havia 826 ligações de água; 632 de luz elétrica, mas o trânsito de veículos era considerável, com 332 veículos registrados.

O Município começava a dar sintomas de nova febre de crescimento. O número de veículos era maior da região, sendo seguido por Manicoré com apenas 30 unidades. Existiam em funcionamento 39 salas de aula com 975 alunos de 1º grau, e 2 salas para 65 alunos do 2º grau. O Imposto de Circulação de Mercadorias-ICM chegou a Cr\$324.605.00, sendo o maior da região, segundo os dados fornecidos em 1975 pela SEFAZ.

Funcionavam agências do Banco do Brasil, Banco da Amazônia, Banco do Estado do Amazonas e Caixa Econômica Federal, sendo o único município na região a ter casa de crédito, e o único, fora a capital, com quatro agências diferentes.

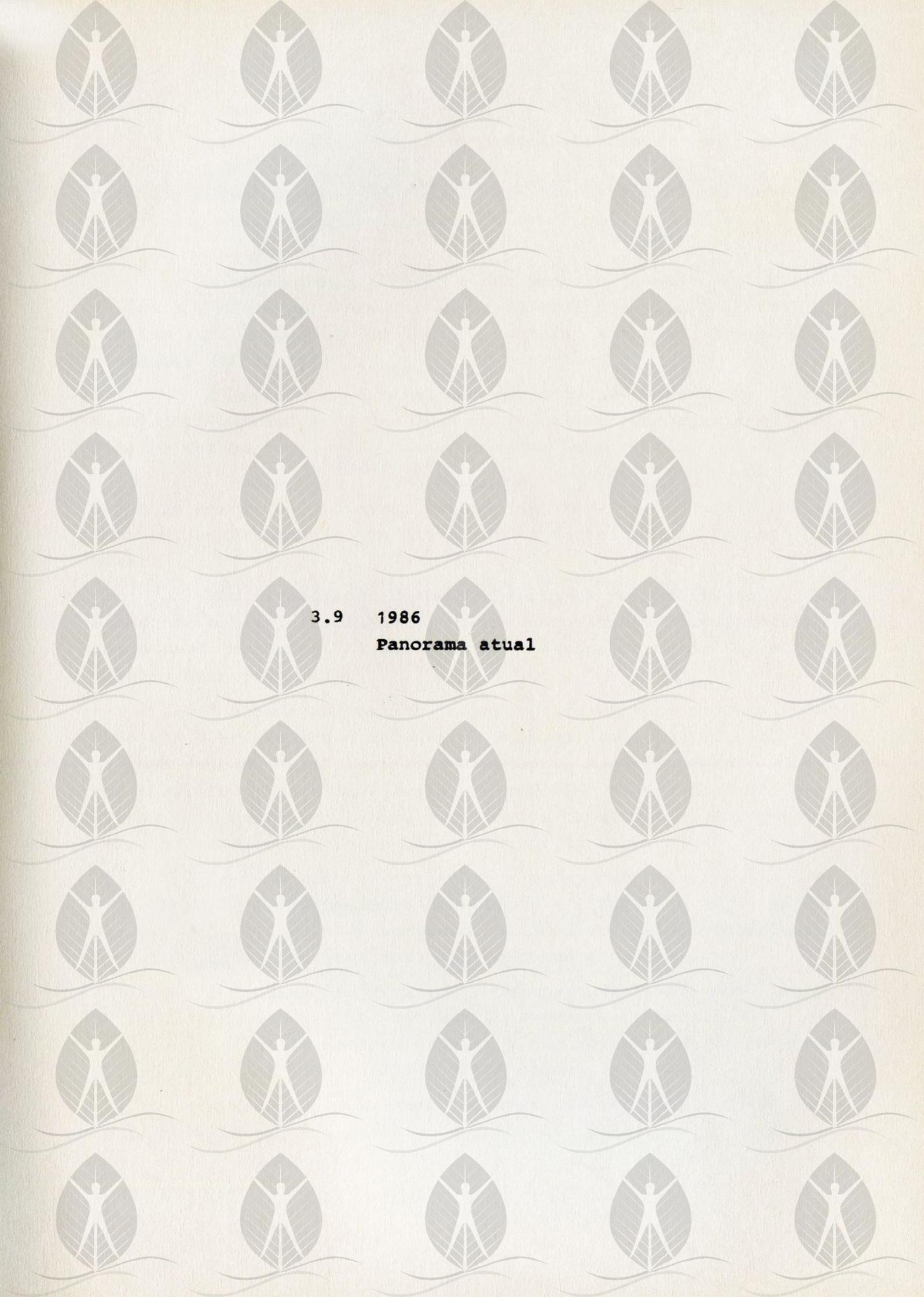
Não possuía cinema que, na região, só existia em Manicoré, mas já começava a organizar uma indústria de beneficiamento de madeira e uma de arroz, embora não registrasse a existência de sindicato nem associação cooperativa rural. Sindicato, só um estava criado em todo o Madeira e com sede no município de Borba.

A TELAMAZON mantinha instalados (1976), 15 troncos 150 ramais, 2 canais na EMBRATEL com 502 terminais instalados para um sistema de energia da CEAM com 2.367 kw de potência instalada para 1.041 consumidores. Na verdade sabe-se do potencial hidrelétrico da região do Madeira, em torno de 15.000 mw, bem acima do potencial da bacia do rio Negro, com 4.500 mw. O sistema de água, da COSAMA, com reservatório de 100.m³, atendia a 877 ligações.

NOTAS

(1) Veja-se a respeito estudos e projetos levantados pelo ICOTI.

(2) CODEAMA. AMAZONAS. Diagnóstico do Transporte Fluvial, Manaus, 1982.



3.9 1986
Panorama atual

Para completar o quadro panorâmico desta contribuição à história de Humaitá devemos registrar dados e informações gerais que possam compor, no futuro, uma perfeita visão do atual estágio de vida e desenvolvimento do município, nos dias de agora (1).

A atual administração é dos senhores Roberto Rui Guerra de Souza e Fábio Sã, respectivamente prefeito e vice-prefeito, eleitos para um período de 8 anos, conforme a atual legislação eleitoral (1982/1988).

A Prefeitura funciona com cerca de 300 servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, que organizam e disciplinam as ações municipais na sede e no interior.

O Poder Legislativo Municipal é presidido pelo Vereador Luiz Perone de Oliveira, estando na vice-Presidência o senhor Sebastião Romualdo da Silva, ambos do Partido da Frente Liberal.

São vereadores: Raimundo Rodrigues do Nascimento, Sebastião Lully Chixaro Neves, Sidney Carneiro de Souza, Olegário Nogueira de Mendonça, Álvaro Pereira, Antenor Cosme da Silva, Oswaldo Conceição Leite.

É a sede da Comarca, cujo Juiz de Direito em abril de 1986 era o Dr. Raimundo Pereira de Azevedo, em substituição, e na qualidade de Juiz titular de Manacapuru sendo Promotor Público, o Dr. João Bosco Sã Valente, já removido para a capital. Funcionam dois Cartórios, sendo cartorários os senhores Hildeberto Ferreira de Macedo e Pedro Paulo Alencar da Silva.

Para manter a segurança e a ordem públicas, há a 4ª CIPM, Companhia Independente da Polícia Militar, com 18 soldados, sendo Delegado o 3º sargento PM José de Paula, valendo-se de fonia e telefone para suas ligações com a capital.

O CODEAMA projetou uma população para 1986, com base no censo oficial de 1980, de 28.115 habitantes, sendo 9.792 na zona rural e 18.323 na área urbana, o que corresponderá, na mesma proporção, em 1990 a 37.673 habitantes.

A economia municipal tem base extrativista, destacando-se a castanha, a borracha, as gomas não elásticas, a madeira

e o óleo de copaíba. Na agricultura, influi a mandioca com produção de 900t. em 1985; o arroz com 800t.; o feijão com 30 t.; e o milho com 144t.; além do plantio de guaraná que agora começa a ser desenvolvido.

O efetivo de bovinos de raça mestiça está em torno de 6.000 cabeças, sendo de 400 o de suínos, além da criação do mestiça de caprinos e ovinos, segundo registros da EMATER.

São significativas as atividades pesqueiras com comercialização efetivada em torno de 80t. em 1985, com destaque para as espécies de branquinha, tambaqui, pirarucu, sardinha, pacu, matrinhã e tucunaré. O mesmo não acontece com a produção de hortaliças, legumes e verduras, cujo índice é insuficiente para o consumo, representando apenas cerca de 10% sendo por isso mesmo necessário a importação de Rondônia.

Há uma Cooperativa Agropecuária Mista "Rio Maderia - Humaitá Ltda" com 124 associados e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Humaitá com 2442 inscritos, o que já demonstra um significativo avanço em relação a 1976 e visando o desenvolvimento de sistemas de crescimento da produção.

O setor indústria conta hoje com 17 estabelecimentos sendo maior número de Serrarias (9), incluindo-se padarias, fábrica de estrutura metálica, fábrica de gelo, destilaria de álcool, fábrica de produtos de mandioca, olaria, extração mineral, além de outros de menor porte sem registro na SEFAZ.

Possui 250 estabelecimentos comerciais, com agências bancárias e seis Hotéis, contra apenas um, em 1976, o que representa um grande indicador da movimentação de turistas e visitantes de modo geral.

Para se ter uma idéia do movimento comercial da cidade é bom registrarmos que em 1985 foram despachados pela Exatoria fiscal do Estado no Município, 19.829.476 kg. de produtos regionais no valor total de Cr\$ 7.451.258.144, destacando-se como principal produto a borracha, com Cr\$ 2.773.834.114 para 184.485 kg.; a castanha Cr\$ 2.425.090.000 para 658.763 kg. e madeira Cr\$ 1.673.875.043 para 18.618.721 kg., além de sorva-leite, peixe, arroz com casca, farinha, copaíba, carne bovina, café e cumaru.

Na área social, destaca-se a estrutura de saúde e ensino, aquela com 40 leitos no hospital estadual, 6 médicos, 1 dentista, 1 enfermeiro, 18 atendentes, 4 auxiliares, e equipada com raio X e ambulância, além de sala de cirurgia e gabinete odontológico. O SESP, a SUCAM e o FUNRURAL bem como o 54º BIS, e o Campus Avançado apoiam o atendimento à comunidade, no tratamento principalmente de malária, tuberculose, verminoses e pneumonia.

No setor de educação são 10 escolas na zona urbana constituindo rede do pré-escolar ao 2º grau, e mais o Campus Avançado da Universidade Estadual Mesquita Filho, de São Paulo. Na rede pública são 67 salas de aula com 192 professores e 6.366 alunos matriculados. As escolas homenageiam: Álvaro Maia, Candida de A. Souto, Dom Bosco, Maria Auxiliadora, Narceu Re bello, Oswaldo Cruz, Santo Antônio, São Francisco, Tancredo Neves e Duque de Caxias, dentre outros.

Na zona rural são 97 escolas de 1º grau, com 2.206 alunos matriculados e 97 professores, funcionando com apoio do Projeto RONDON e do Campus Avançado que mantém cursos universitários de licenciatura curta, nas áreas de Letras, Ciências e Estudos Sociais, valendo-se de uma biblioteca municipal, bastante elogiada no apogeu da economia da borracha.

Ainda no setor social, a LBA mantém uma creche com cerca de 250 crianças, em conjunto com a Prelazia de Humaitá que também organizou uma Cooperativa de jovens para trabalhos com tipografia, marcenaria, doces caseiros, fabricação de picolés, vassouras e gaiolas.

O sistema viário urbano da cidade dispõe de cinco vias principais: 5 de setembro, Av. Transamazônica, Av. Monteiro, Av. Brasil, Rua das Flores, com serviço de recolhimento público de lixo e de táxi.

O sistema de serviços públicos está dotado de água captada por cinco poços artesianos, com 68 instalações comerciais, 22 industriais, 2.308 residenciais, 63 em órgão de governo. Estão sendo construídos três elevados para 100.000 litros cada, sob a administração da COSAMA que conta com 9 servidores. O setor energético dispõe de uma usina termoelétrica da CEAM que iniciou operações em 22 de julho de 1968, tendo hoje uma potên

cia total de 3.380 kw e uma potência total efetiva de 2.704 kw, com ponta de carga de 1695 kw, para 2450 consumidores, tomados os dados de maio do corrente ano. A rede de 10.000 metros na cidade e 40.000 para atendimento à comunidade de Ipixuna, distribui as suas ligações com 293 comerciais, 12 industriais, 2034 residenciais e 76 em órgãos públicos em horário contínuo, valendo-se de 14 servidores.

Na zona rural, Auxiliadora e Porto da Transamazônica têm geradores próprios.

O mercado público funciona com 10 boxes para peixe e 4 para carne, auxiliado por feiras populares, notadamente a Feira do Produtor no bairro do Cumaru, na Vila do DNER.

O sistema de telecomunicações é completo. A TELAMAZON possui três cabines de interurbano, com DDD e DDI, e rede geral, como são retransmitidos os programas de televisão das redes Globo e Manchete, além da recém inaugurada Rádio "Vale do rio Madeira" (julho/86), que vem suprir antiga necessidade e aspiração da comunidade, acostumada a ouvir a Rádio Baré, de Manaus e as rádios Caiari e Eldorado de Porto Velho, além da BBC de Londres.

A pista de pouso com 1200 metros serve de aeroporto para as ligações notadamente com Porto Velho, e os barcos "Orlando", "2 de julho", "Cidade de Borba", "Príncipe das águas", principalmente, servem atualmente aos ribeirinhos do Madeira.

Do ponto de vista rodoviário, é uma cidade privilegiada por estar no entroncamento da BR-319, - Manaus Porto Velho e da BR-230, - Transamazônica -, com grande fluxo de veículos de cargas e passageiros, tendo obrigado a administração a construir uma Estação Rodoviária para organização do trânsito.

Servem a região as empresas MARLIN, EUCATUR e SERRAZUL, cobrindo respectivamente os seguintes lugares: Piquiá, Castanho, Presidente Figueiredo, Itacoatiara, Mafuí, Aripuanã, Juruá, Sucunduri, Jacareacanga; Humaitá, Porto Velho, Cuiabá, Maringá, Casavel; Porto Velho, Ji-Paraná, Ariquemes, Jacu, Ouro Preto, Presidente Médici, Cacoal, Pimenta Bueno e Vilhena, em Rondônia.

Funcionam templos religiosos das igrejas Católica, Presbiteriana, Batista, Assembléia de Deus e Vozes do Brasil.

Funciona plenamente, fundada em 27 de outubro de 1974, a Loja Maçônica "Estrela do rio Madeira", vinculada ao Grande Oriente da Amazônia Ocidental e Federada ao Grande Oriente do Brasil, a mais antiga instituição maçônica regular no país, com sede na rua das Flores, sob o rito "Escocês, antigo e aceito".

O povo reúne-se para festejos populares, notadamente em homenagem à padroeira, Nossa Senhora da Conceição, no período de 29 de novembro a 8 de dezembro, com arraial e grande movimentação, inclusive do interior. Bem festejada também é a Semana da Pátria.

Inscrevem-se como manifestações populares, em junho o Boi-Bumbá, a dança da Desfeiteira, a dança do Gambá, como folguedos já comemorados desde a época provincial, como se vê de registros oficiais e livro de viagens, como em Agassiz:

"Comemora-se o santo com festança pitoresca, entre todos os párias. Nessa noite tradicional eles saiam do mais espesso de brenha e dirigiam-se à margem do rio, para folgar com o boi-bumbá. A caricatura do bicho tinha esqueleto de madeira e vistosos panos simulavam seu couro" (2)

Tratava das festas de São João, no vale do Madeira, registrada quando de suas excursões pela Amazônia.

Há produção de artesanato em madeira, barro, cipó, palha de tucumã, tala de bacaba e tala de arumã, com a feitura de potes, paneiros, canoas, móveis, estalhes, ramos, imagens, baiaios, peneiras, tipitis, tupás (3).

Para a nova organização municipal e espacial que se estruturou o governo José Lindoso (1979/1982) para implementar em 1981, Humaitá cederia território para a elevação da Vila de Auxiliadora à categoria de Cidade e Município, dentre tantos outros como tal constituídos.

Localizada à margem direita do rio Madeira, a 15 metros, distando da sede de Humaitá cerca de 350 km. e 100 km. da

sede de Manicoré, tinha 121 habitantes, quase todos empregados na agricultura e produção de mandioca, feijão, milho, arroz, batata-doce e extração de borracha e castanha.

Possuía uma escola da Paróquia, com 4 salas de aula e 4 professores para servir a 65 alunos. Eram 22 casas em 5 ruas de leito natural, e até então, não havia luz elétrica, como agora.

A proposta de transformação não foi efetivada, e continua integrante do Município de Humaitá (4)

NOTAS

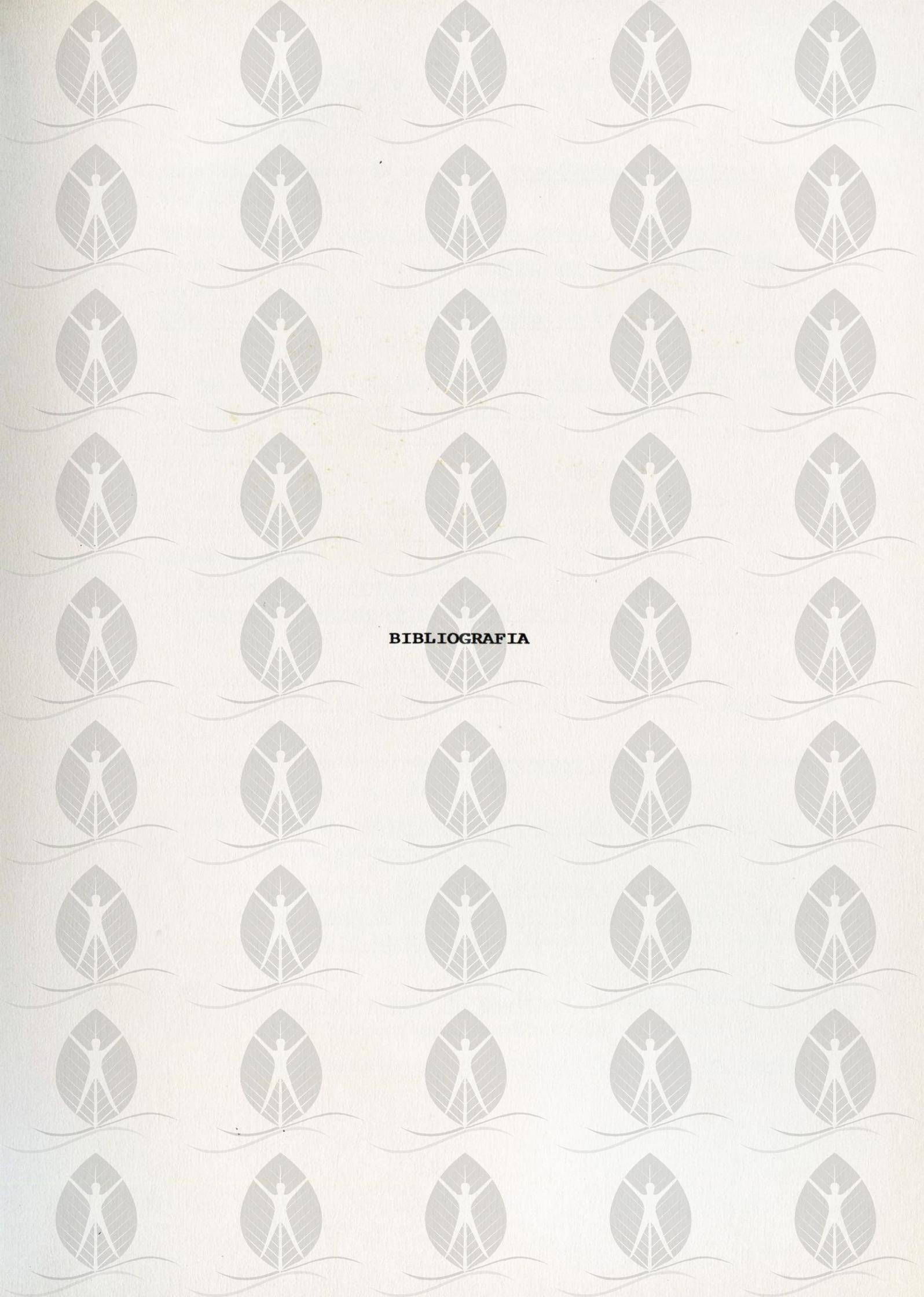
- (1) Veja-se a respeito o Plano de Ação Concentrada - PAC do Município de Humaitá/AM, organizada pela equipe do ICOTI, em maio de 1986.
- (2) AGASSIZ, Louiz, Viagem através do Brasil, vol. 3, fls. 246/247.
- (3) Veja-se a respeito o mapeamento cultural feito pelo MOBREAL, atual Fundação Educar.
- (4) Veja-se Relatório da Pesquisa para Viabilidade da Criação dos Novos Municípios, ICOTI, mar/abr, 1981.



4. SIGLAS

SIGLAS

- CEAM** - Companhia Energética do Amazonas
- CODEAMA** - Centro de Desenvolvimento, Pesquisa e Tecnologia do Estado do Amazonas
- COMARA** - Comissão de Aeroportos da Região Amazônica
- COSAMA** - Companhia de Saneamento do Amazonas
- DETRAN-AM** - Departamento Estadual de Trânsito
- EBCT** - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
- EMATER-AM** - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Amazonas
- EMBRATEL** - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A
- FSESP** - Fundação Serviço de Saúde Pública
- FUNRURAL** - Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural
- IBDF** - Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
- ICOTI** - Instituto de Cooperação Técnica Intermunicipal
- INPS** - Instituto Nacional de Previdência Social
- IPASEA** - Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado do Amazonas
- SEFAZ** - Secretaria de Estado da Fazenda
- SEPROR** - Secretaria de Estado de Produção Rural e Abastecimento
- SUCAM** - Superintendência de Campanhas de Saúde Pública
- SUFRAMA** - Superintendência da Zona Franca de Manaus
- TASA** - Telecomunicações Aeronáutica S/A
- TELAMAZON** - Telecomunicações do Amazonas S/A



BIBLIOGRAFIA

1. ADALBERTO, Príncipe da Prussia. Brasil-Amazonas-Xingu. Belo Horizonte, Itatiaia, 1977.
2. AGASSIZ, Louiz. Viagem através do Brasil. p. 246-7 v.3
3. AMAZONAS. Governo do Estado. Relatório do Presidente da Província, Domingos Monteiro Peixoto, lido perante a Assembléia Legislativa, em 25 de março de 1871. Manaus, Tip. do "Comércio do Amazonas", 1874, p. 91-2
4. _____. Relatório do Presidente da Província do Amazonas, Domingos Monteiro Peixoto, lido perante a Assembléia Legislativa, em 25 de março de 1873. Manaus, Tip. do "Comércio do Amazonas", 1873.
5. _____. Relatório do Presidente da Província, João Wilkens de Mattos, lido perante a Assembléia Legislativa, em 25 de março de 1870. Manaus, Typ. do Amazonas, 1870. p. 718
6. _____. Relatório do Presidente da Província José M.S.Reis, lido perante a Assembléia, em 08 de junho de 1870. Manaus, 1870. p. 33-5
7. _____. Relatório do Presidente da Província, José Miranda Reis, lido perante a Assembléia Legislativa, em 25 de março de 1872. Manaus, 1872. p. 256
8. AVÉ-LALLEMANT, Robert. No Rio Amazonas; 1859. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. p. 204 v.20
9. BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco antes e além-depois. Manaus, Umberto Calderaro, 1977. p.
10. BITTENCOURT, Agnello. Contribuição para chorografia política do estado do Amazonas, extrahido da these de concurso pelo professor Agnello Bittencourt. Manaus, Livraria "Palais Royal", 1908.
11. _____. Corografia do estado do Amazonas. Manaus, ACA-Fundo Editorial, 1985. Reprodução Fac-Similada da Edição de 1925.
12. _____. Dicionário amazonense de biografias: vultos do passado. Rio de Janeiro, Conquista, 1973.

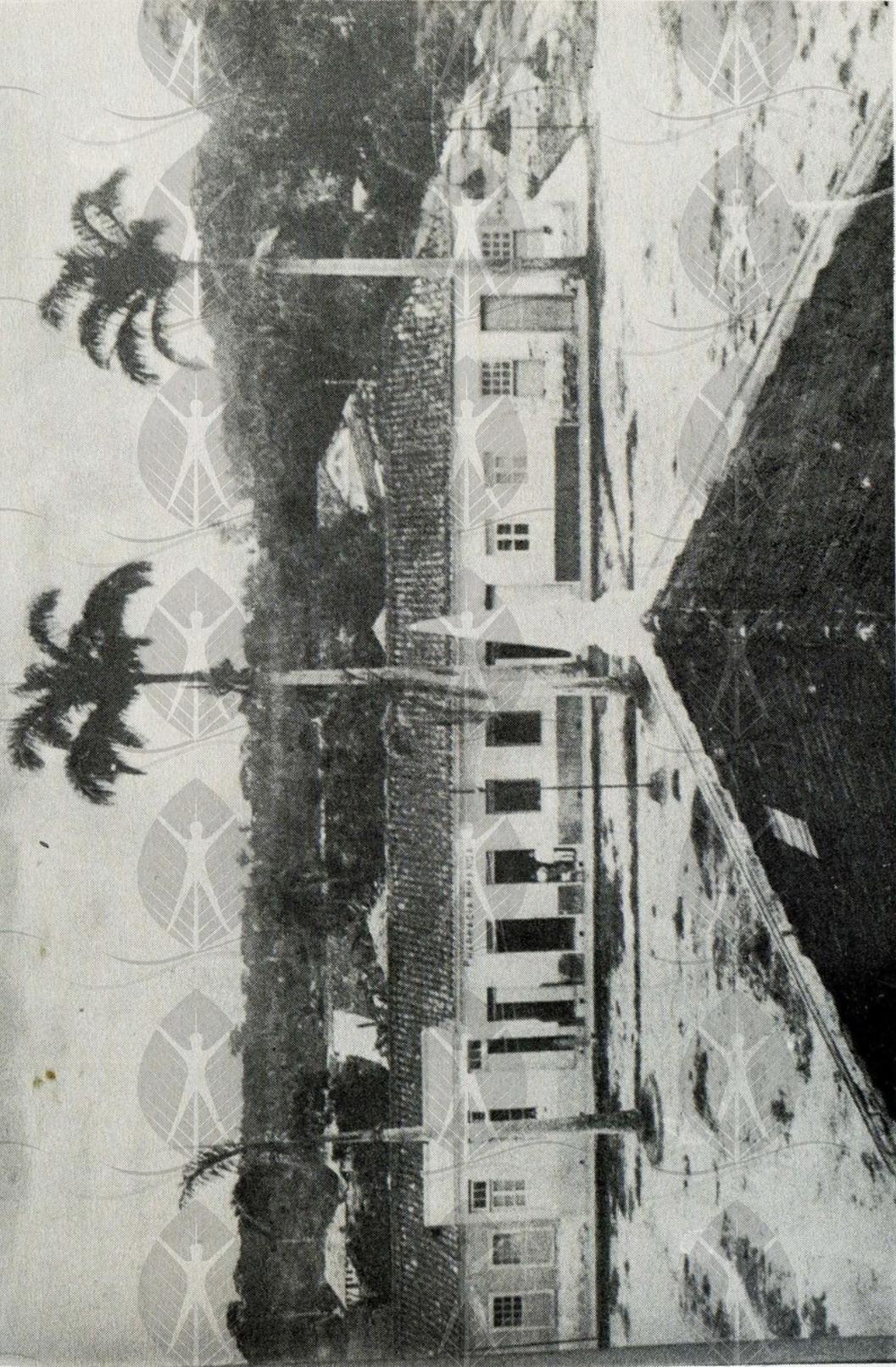
13. BRAGA, Robério. Manicoré. Manaus, FCA/ICOTI, 1978.
14. CASTRO, Ferreira de. A Selva. São Paulo, VERBO, 1972.
p. 84 e 258
15. CODEAMA. Amazonas: diagnóstico do transporte fluvial. Manaus, 1982. p. 12 e 13
16. COUTINHO, João Martins da Silva. Relatório apresentado ao Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, Presidente da Província do Amazonas, sobre alguns lugares da Província do Amazonas, especialmente o Rio Madeira. Manaus, Typ. Francisco José da S. Ramos, 1861.
17. FERRARINI, Sebastião Antônio. Borba. Manaus, Metro Cúbico, 1981, p. 57
18. _____. Lábrea. Manaus, Comissão do Patrimônio Histórico/ Imprensa Oficial, 1981.
19. ICOTI. Plano de ação concentrada-PAC do Município de Humaitá/AM. Manaus, 1986.
20. _____. Relatório de pesquisa para viabilidade da criação dos novos Municípios. Manaus, 1981.
21. MATA, João Nogueira da. Águas lendárias. Manaus, Sérgio Cardoso, 1969. p.
22. SISTEMA Rodoviário do estado do Amazonas. Manaus, SETRAN/DER-Am, jul., 1981.
23. SPIX e MARTINS. Viagem pelo Brasil. IHGB/MEC, 1976, v.3



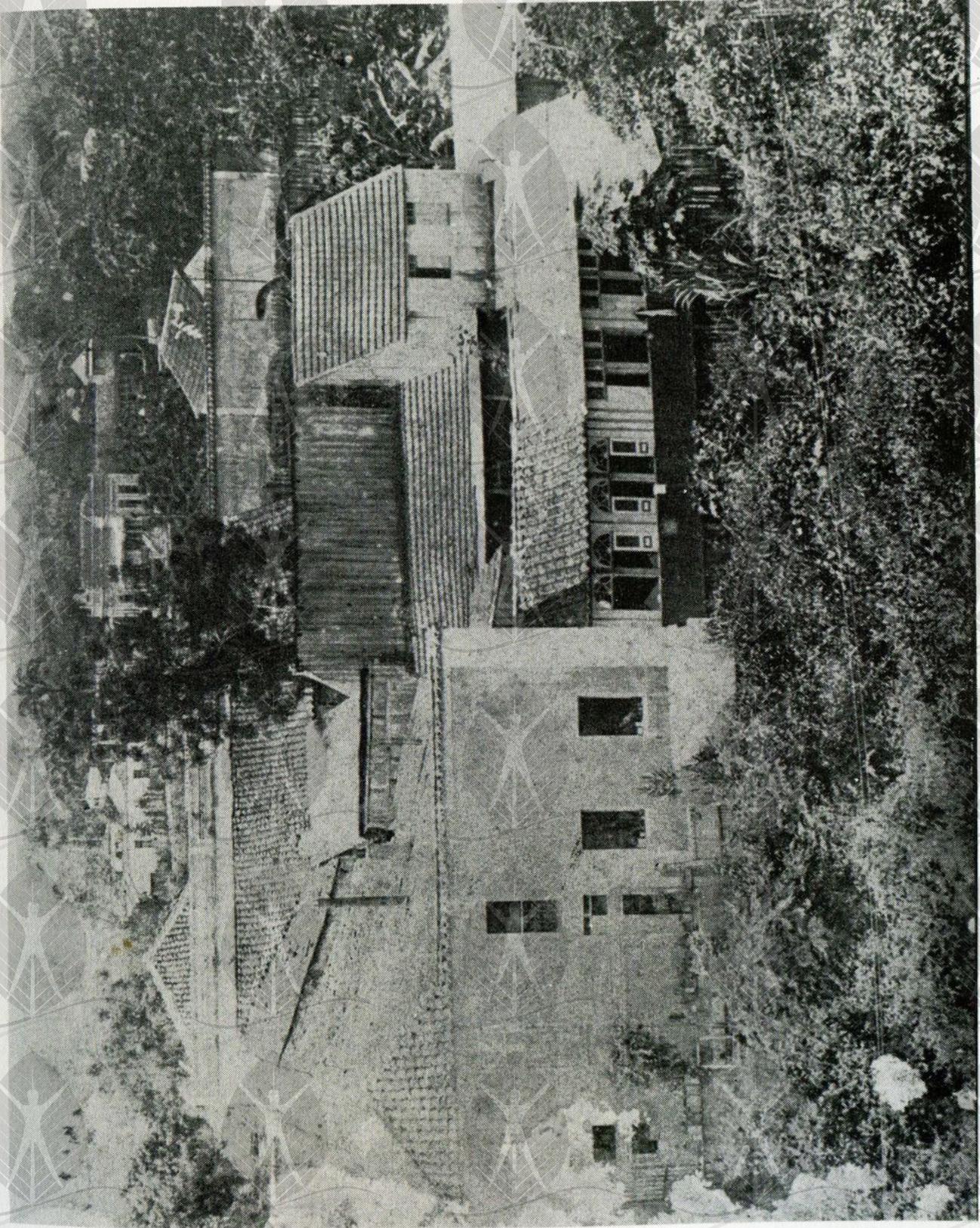
ANEXO I
FOTOGRAFIAS



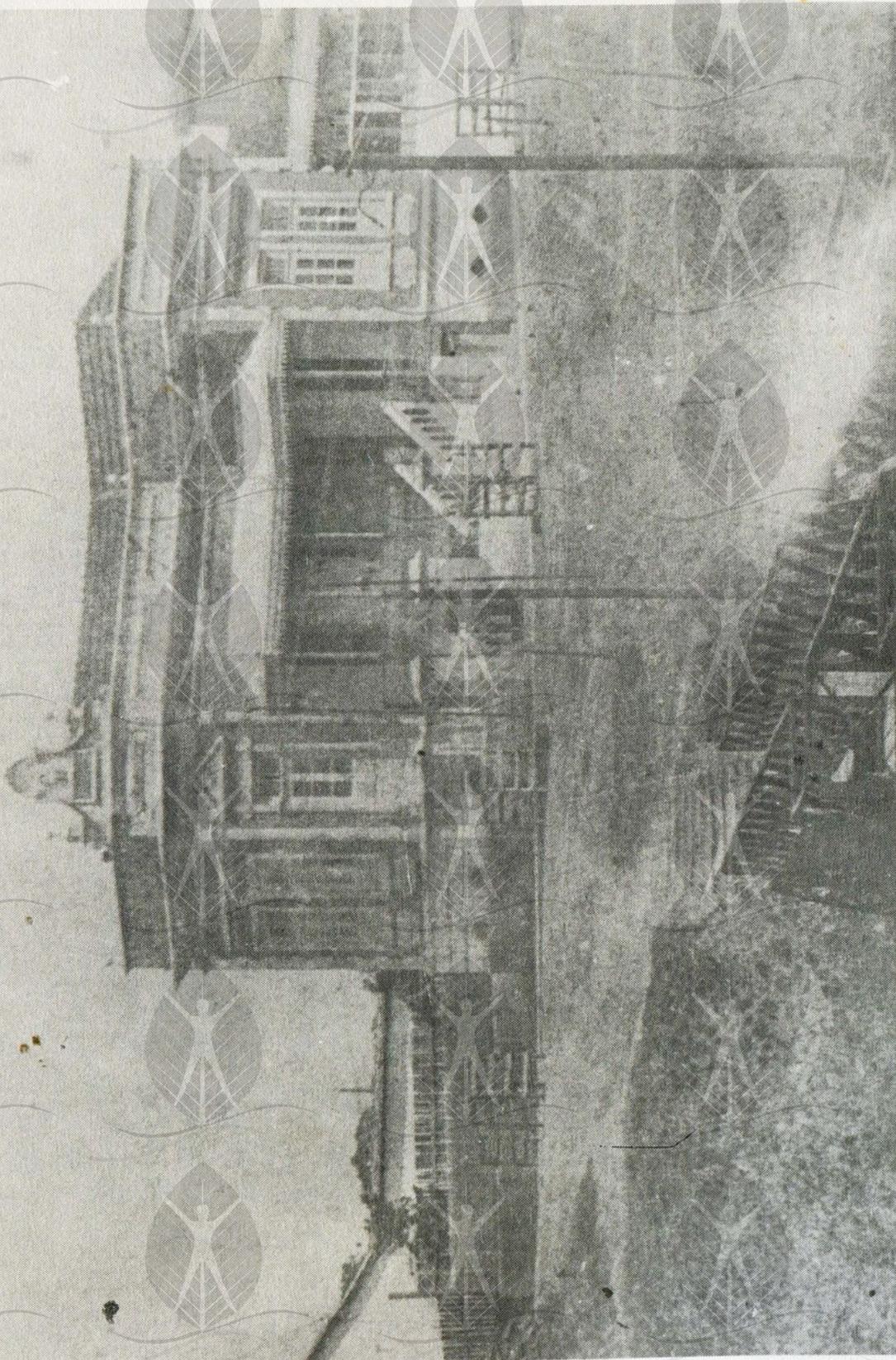
Praça Municipal de Humaitã, 1917
Praça Villeroy
Arquivo - IGHA



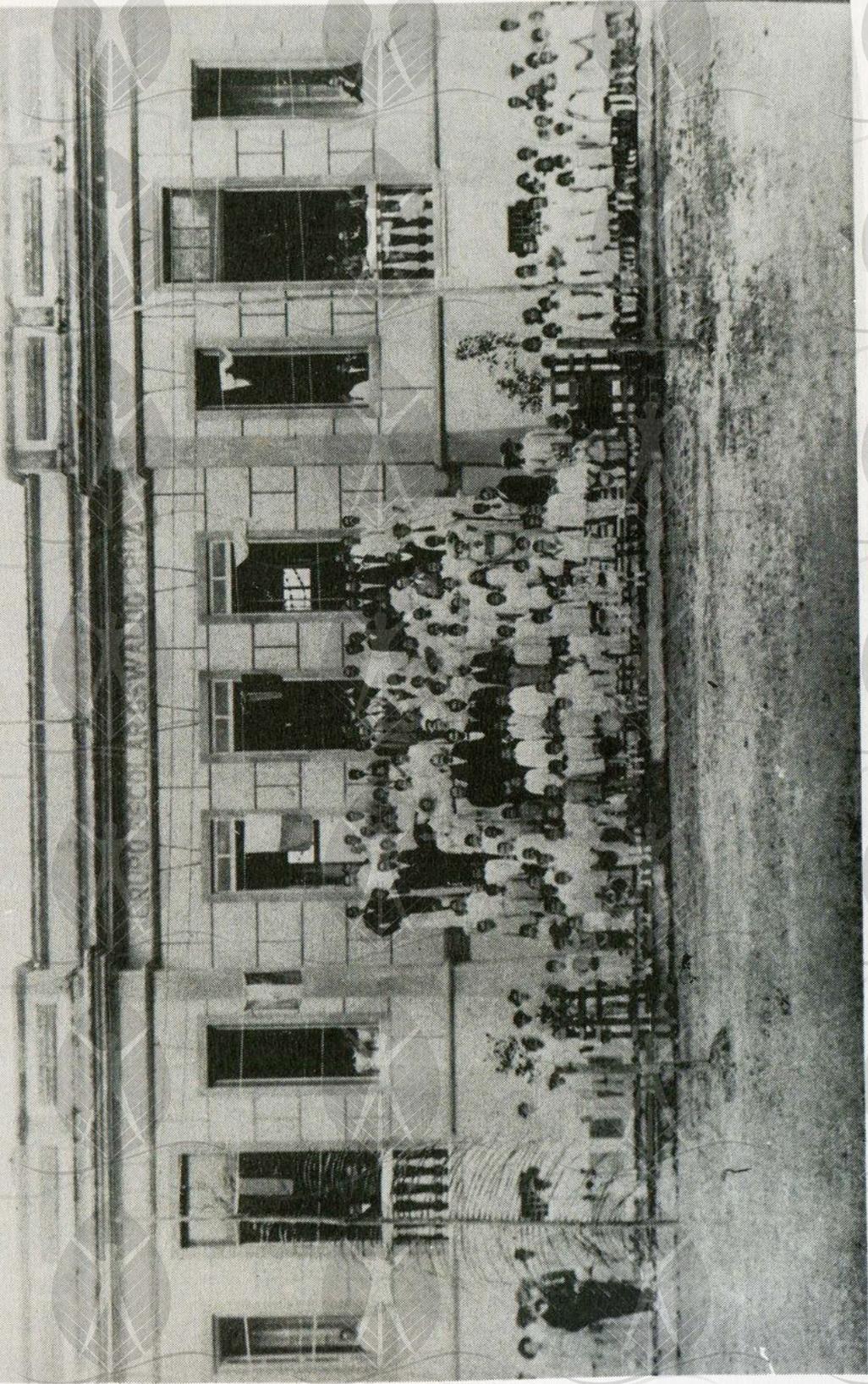
Praça Villeroy - Humaitá - 1918
Coleção IGHA



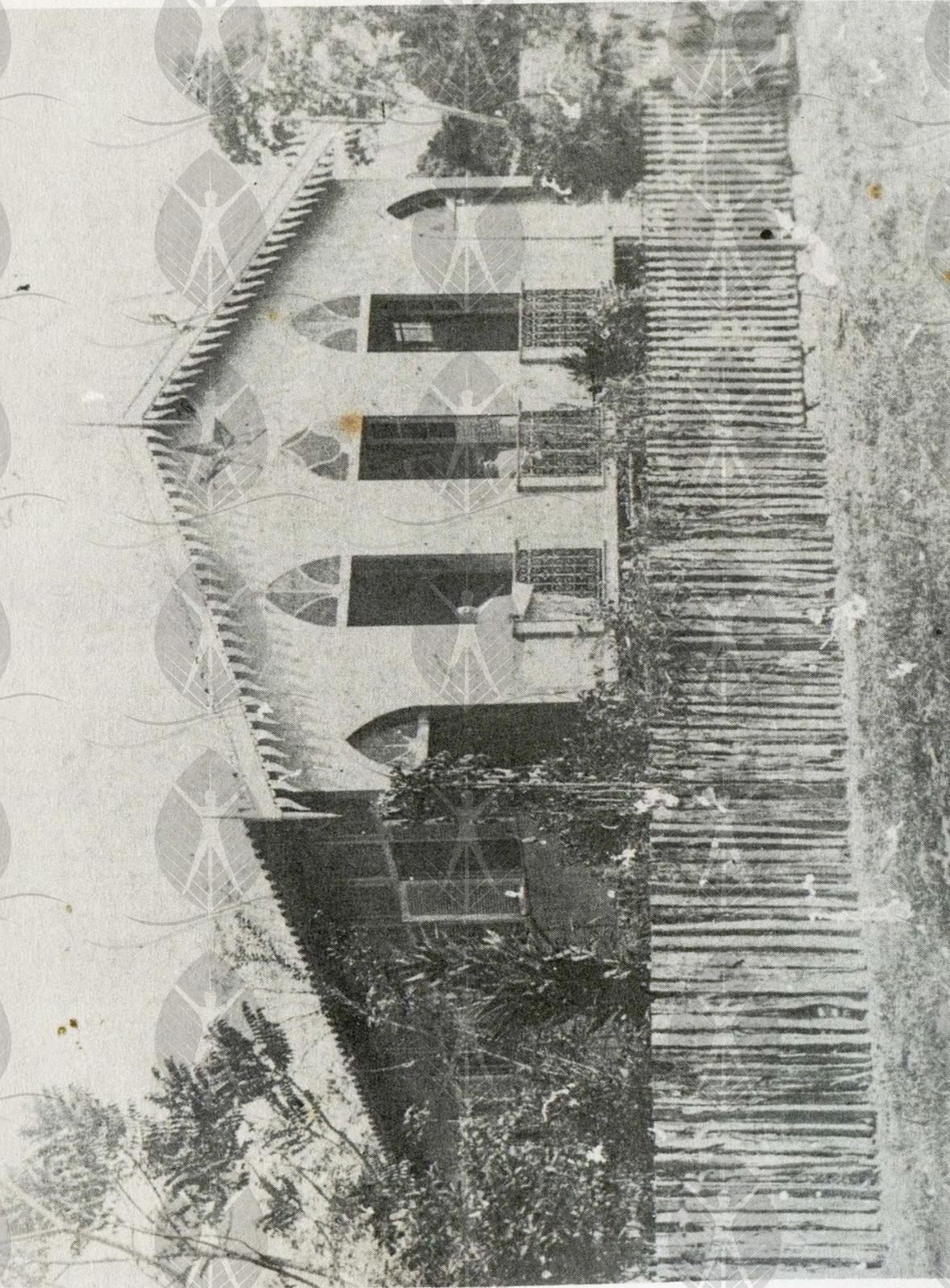
Vista panorâmica de Humaitá
Rua Monteiro, 1918
Arquivo - IGHA



HUMAITÁ - Vila Oliveira
Residência do Dr. Alcantara Bacellar
Coleção IGHA



Inauguração do Grupo Escolar "OSWALDO CRUZ" na cidade de Humaitá em maio de 1918
Coleção IGHA



Seringal "Vencedor" - Rio Madeira
Arquivo do IGHA



Preito de

Ench. Gra

Comendador Fracisco Monteiro
fundador da Cidade

HUMAYTHAENSE

ORGAO DOS INTERESSES DO MUNICIPIO

ANNO II

DIRECTOR RESPONS.
SAVEL

ANAL. FRANCISCO MONTEIRO

FOLHA SEMANAL

NUMERO 72

Rio Madeira, Humaythá, 29 de Março de 1893.

ADMINISTRADOR

João Firmezo Peres.

ASSIGNATURA
ANNO 1893
PARAGUAY AGENTADO

REDACÇÃO
& ADMINISTRACAO
RUA 1.ª DE MARÇO

HUMAYTHAENSE

REPUBLICA, 29 de Março de 1893.

A REVOLUÇÃO EM MANAOS

O leito da desolação invade todos os cantos da patria brasileira.

As preocupações, o desasosiego, o terror panico oprimem a população laboriosa, tranqüilla e confiada.

E o povo, este povo generoso que nunca trepidou derramar seu sangue em defesa das boas causas, o vê hoje esvaír-se improficientemente, manchando o solo da patria, em uma luta fratricida, em satisfação de caprichos, de paixões baixas e incalculáveis.

Não ha muito a nobre familia cearense via seus filhos arrebataados por uma morte ingloria. E logo, o valente Leão de Noite, herdeiro de grandes patriotas, desirrigava a coroa e cabibato envergonhado assistia impassivel a inhumação de centenas de cadáveres desamados pelas metralhadoras nas praças e ruas do Recife.

Em Matto-Grasso a miseria assasta os seus arraiaes com a ausencia de tantas vidas preciosas victimas da guerra intestina.

O Rio Grande do Sul, cheio de gloriosos tradicoes, amputa-se em uma luta destruidora cujas consequencias a ninguem é dado prever.

Agora é a capital do Amazonas, esta terra tão bem fidula para um grande e rico futuro, que cury-se ao peso do infortunio que a abrunha todos os Estados da Uniao.

Por toda parte o interramento das actividades, a paralisação das forças productoras e estolamento das aptidões.

Tudo, tudo, menos ordem e progresso.

Quaes os culpados?

A historia severa e imparcial desvendará o véo que encobre as fontes dos acontecimentos presentes.

NOTICIAS

Eleições para deputados no Congresso Federal

De accordo com as disposições vigentes e instruções que regem o direito do voto na representacão Estadual, ferio-se no dia 20 do corrente mez o pleito eleitoral neste municipio, sendo suffragados os cidadãos seguintes:

Tenente-coronel Francisco Ferreira de Lima Bacury, capitão Gabriel Salgado dos Santos e tenente Fileto Pires Ferreira.

Movimento do porto

Ancorou neste porto no dia 22 do corrente, ás 7 horas da noite, o vapor «Perseverança» da Companhia do Amazonas.

Seguiu no dia seguinte sua derrota em demanda de S. Antonio, d'onde chegou hontem ás 11 horas da noite.

De sua viagem a capital do Ceará, achu-se entre nós, tendo chegado no «Perseverança» o sr. Vicente Dias de Albuquerque, encarregado da Correia nesta villa.

Desta Villa

Com destino a capital do Estado visinho embarcou no «Elias» acompanhado de sua ex^{ma} familia o Coronel Venancio Antonio de Castro.

O sr. Coronel Venancio vai igualmente acompanhado de tres interessantes netinhos, filhos do redactor chefe desta folha, Tenente Coronel Antonio Francisco Monteiro.

No «Perseverança» entrado de S. Antonio, hontem tomou passagem até o Pará o sr. João Ventura Ferreira, digno socio da casa commercial dos sr. José Francisco Monteiro & C.ª desta villa.

Tambem embarcou no «Perseverança» acompanhado da ex^{ma} familia para Manaos o Capitão José A. da Silva Junior, Prefeito de Segurança publica nesta villa.

No mesmo vapor deve ser passageiro ao Estado do Pará o sr. João Diniz Peres, commerciante no lugar Firmeza.

A todos, bem como a ex^{ma} familia almejamos muito boa viagem e bonancosos ventos.

Batalha do Riachuelo

Com o titulo acima deve ser executada no coreto da praça Villoroy, pela banda Municipal, domingo 2 de Abril, a «Batalha do Riachuelo» ou Miscelanea musical, produção do maestro José Pereira de Arango, peça de musica de diversos auctores.

É esparado a todo momento o vapor «Guaranys» em viagem extraordinaria.

O Madeirenses

Órgão dos interesses do município

ANNO I

Estado da Antuzonaa — HUMAYTA — Sexta-feira, 19 de Março de 1914

O MADEIRENSE

De todos os povos da terra, o que tem a maior dignidade é o que tem a maior liberdade. O povo que tem a maior liberdade é o que tem a maior dignidade. O povo que tem a maior dignidade é o que tem a maior liberdade.

Um homem, para ser livre, não precisa de armas, nem de dinheiro, nem de honra. Precisa apenas de um coração livre. Um coração que não se deixe levar pela paixão, nem pelo medo, nem pela ambição. Um coração que saiba amar a liberdade, e que saiba lutar por ela.

A liberdade, portanto, é o bem mais precioso que um homem pode ter. É o bem que lhe dá a possibilidade de desenvolver a sua personalidade, e de contribuir para o bem da humanidade.

MADRIGAL

Bruito doze!, ou danzella
Branca, flor na loquella
Parnasiata, em rima bella!

Rima adaptavel á Artista
Prodigiosa! — Transformista
De varias dotes de conquista...

Mus, a bella za fulgura
Na vossa alegre ligura
De Thalia em miniatura!

Ue tanta a graça de Musa
Por vossos gestos effusa,
Que saca estrophe conusa...

F a lingua em vô se reffella
Contra a pobreza daquella
Rima opportuna... Sats bella!

Toda fulgus no teu Verso
Como mago aspecto diverso,
O a omnia verbes ao luar!
Cosmopolita! — Universo
De almas! — Eu sei adinar...

KARIMINO NION ETIQUO

PALAVRAS DO SR. PRESIDENTE DA REPUBLICA AOS GOV. PARABORIS DOS ESTADOS

É necessário que se dispensem todas as divergencias internas, e que a Nação appareça una e indivisivel em face do aggressor, para isso o governo aconselha e espera de toda a Republica o maior acatamento ás suas decisões, da importancia que nunca faltou com o seu patriotismo nos momentos graves, se dispensar de discussões inopportunas.

Nossas tradições liberais ensinaram sempre o respeito ás pessoas e bens do inimigo, tanto quanto em combates e em a segurança publica, e assim devemos proceder.

É opportuno que aproveitemos a maior proximidade nos pontos de fronteira naturaes publicos, ou particulares, fôrta affligem-se tanto quanto possível a produçãõ dos cappos, além de que a fome que bate á a portas da Europa, não nos afflija tambem, e antes possamos ser o celeiro de nossos aliados.

Estelam todas as afeções de guerra, os manojos da exploração, que é multiforme, e vindaçãõ de todas as hoçças, quando se trata do interesse nacional.

Dr. Amador Castilho
Advogado
— HUMAYTA —

O PLEITO HOJE

Resolução de hoje, em todo o Brasil, sobre a reforma da Constituição. O pleito é de grande importância, e deve ser considerado com a maior atenção. A reforma da Constituição é um assunto que toca a todos os brasileiros, e que deve ser discutido e decidido com a maior liberdade e franqueza.

É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.

Nosso Jornal

As escórias observadas a respeito da reforma da Constituição, e a respeito da reforma da administração municipal, são de grande importância. É necessário que se tomem as medidas necessárias para a sua implementação, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.

A' O Madeirenses

Quando se trata de uma reforma constitucional, é necessário que se tomem as medidas necessárias para a sua implementação, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.

Da reforma da Constituição, e da reforma da administração municipal, são de grande importância. É necessário que se tomem as medidas necessárias para a sua implementação, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.

Quando se trata de uma reforma constitucional, é necessário que se tomem as medidas necessárias para a sua implementação, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

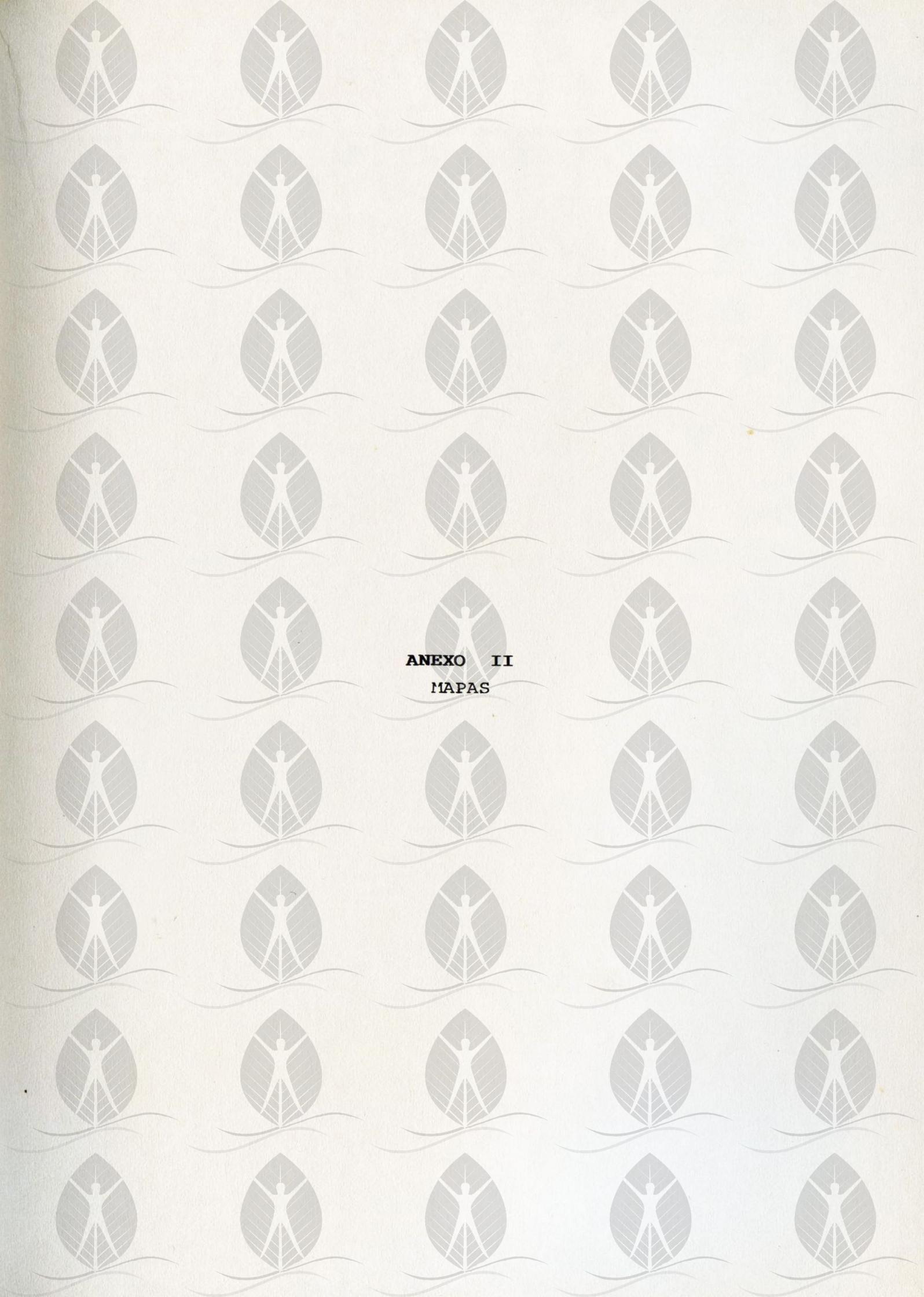
É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.

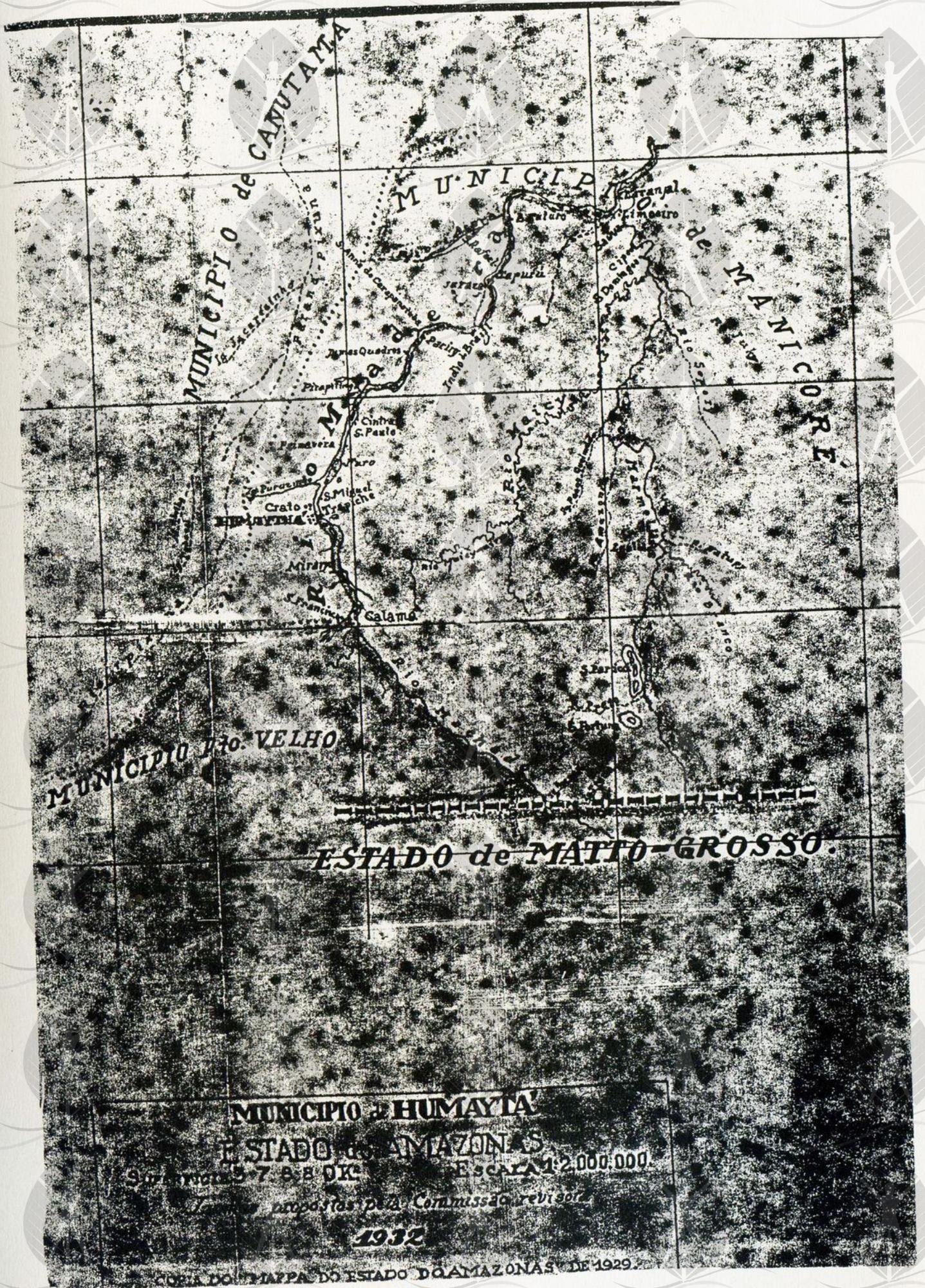
Quando se trata de uma reforma constitucional, é necessário que se tomem as medidas necessárias para a sua implementação, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

É preciso, ainda, que as eleições de hoje estejam em conformidade com a Constituição actual, e que se evite qualquer irregularidade que possa comprometer a validade dos resultados.

Por outro lado, é preciso que o governo do Estado e do Município se preparem para a possibilidade de uma reforma constitucional, e que tomem as medidas necessárias para a sua implementação.



ANEXO II
MAPAS



MUNICIPIO de CANUTAMA

MUNICIPIO de HUMAYTA

MUNICIPIO de MANICORÉ

MUNICIPIO RIO VELHO

ESTADO do MATTO-GROSSO

MUNICIPIO de HUMAYTA

ESTADO do AMAZONAS

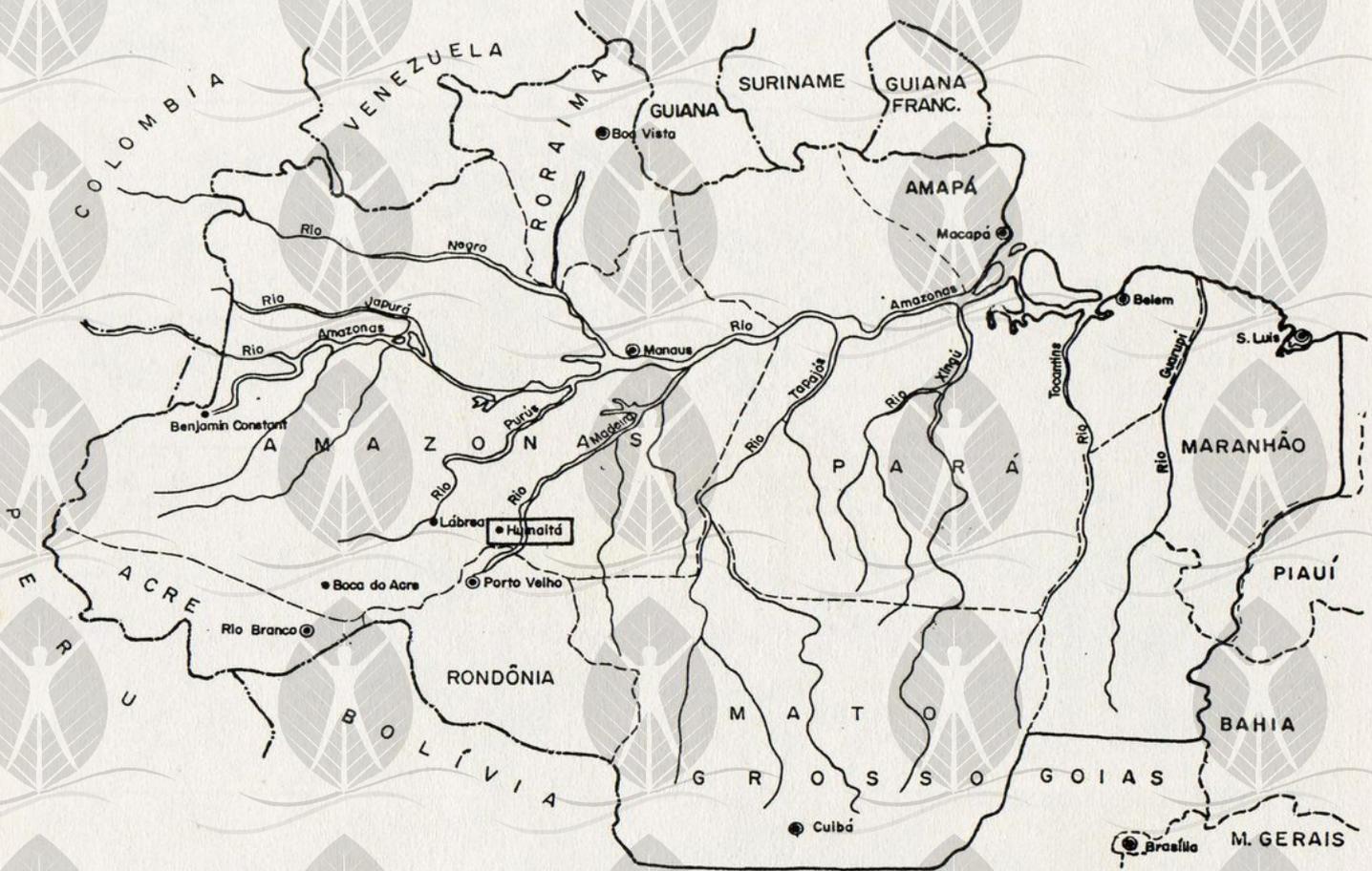
Superfície 37.850 Km²

ESCALA 1:2.000.000

Dados propostos pela Comissão revisora

1932

COPIA DO MAPA DO ESTADO DO AMAZONAS DE 1929



Humaitá na Amazônia legal

CONVENÇÕES

- LIMITES ESTADUAIS
- LIMITES INTERNACIONAIS
- SEDE MUNICIPAL
- ◎ CAPITAL DE UNIDADE FEDERATIVA

FONTE : MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

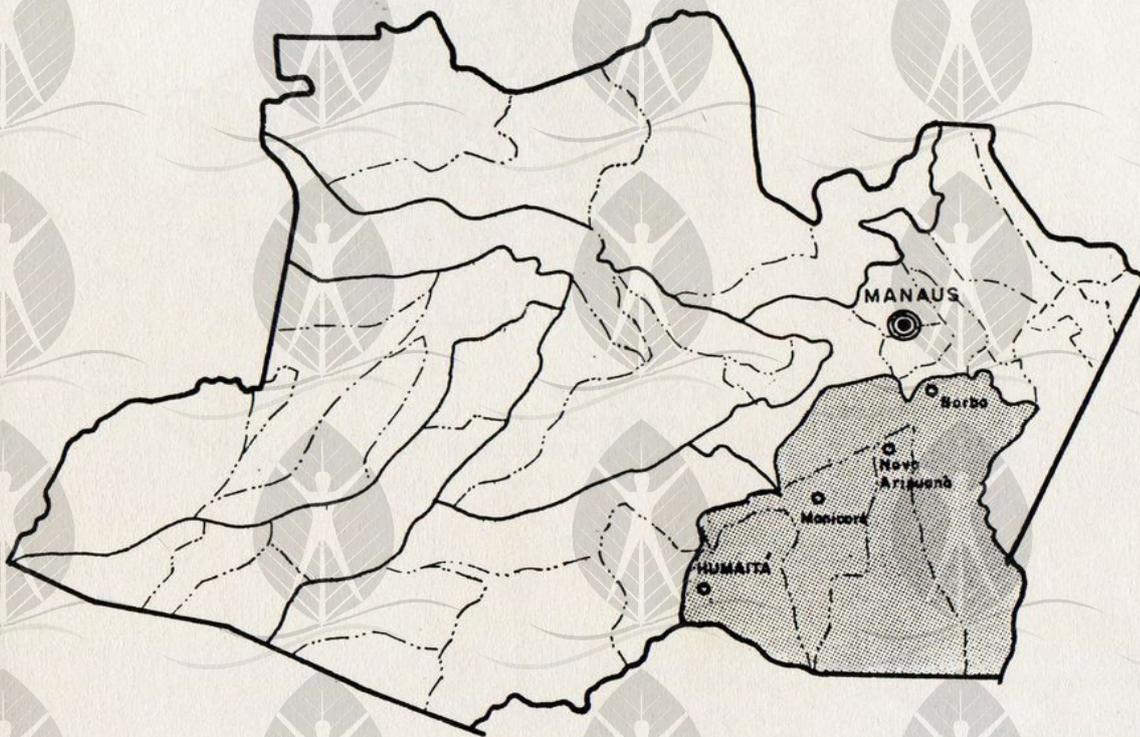
PR

FIGURA

4

MINTER
SERFHAU
CENPLAN





microregião do madeira

CONVENÇÕES

- LIMITES MUNICIPAIS
- LIMITES DAS MICROREGIÕES

FORTE : I.B.G.E.

PR
UR

MINTER
SERFHAU
CENPLAN

FIGURA

3





principais
rodovias da
amazônia



programas
especiais de
transportes

CONVENÇÕES

— RODOVIAS

— HIDROVIAS

++++ FERROVIAS

FONTE: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

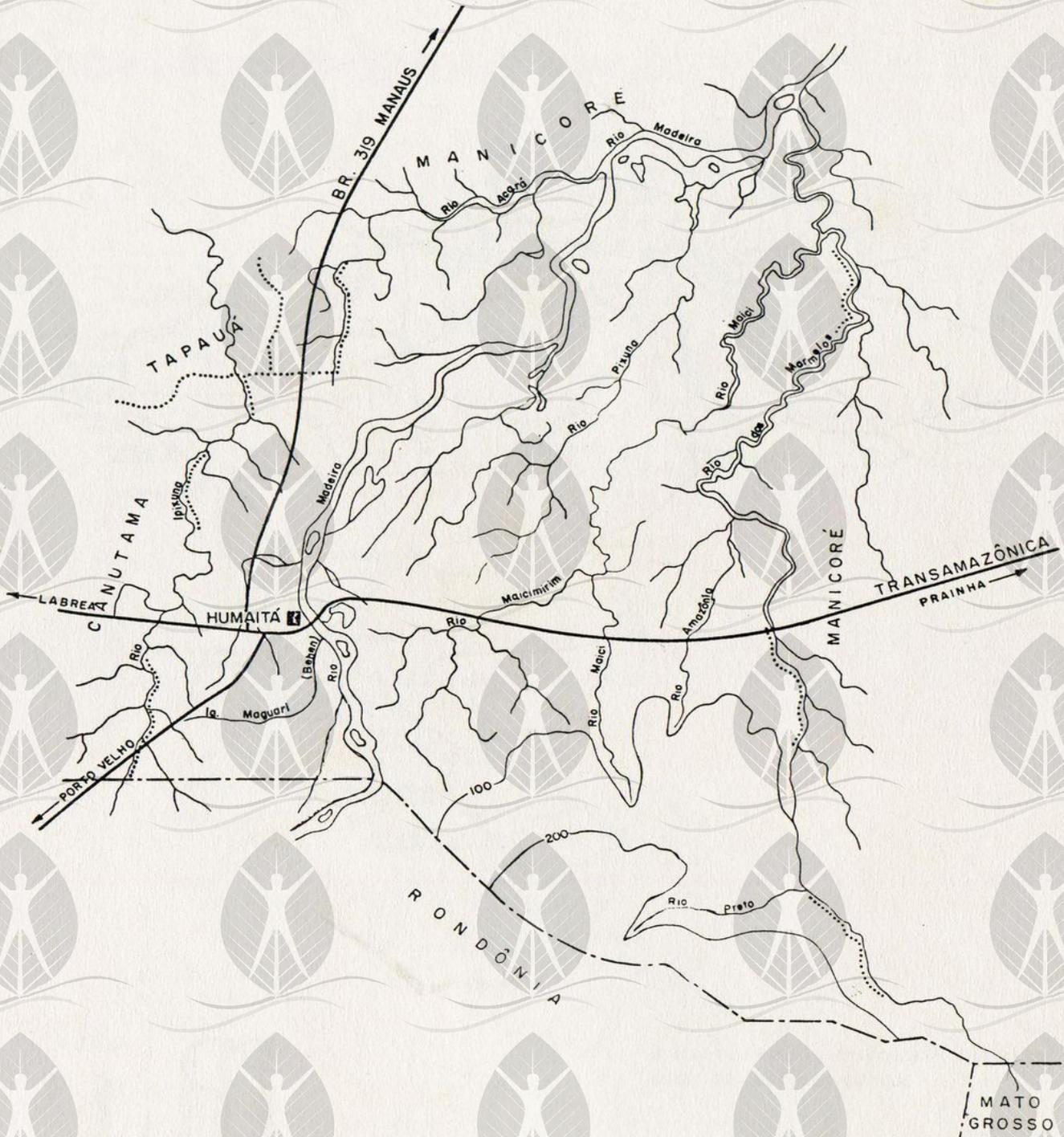
PR

MINTER
SERFAU
CENPLAN

FIGURA

12





município de Humaitá - rede hidrográfica e principais rodovias

CONVENÇÕES

- RODOVIAS
- HIDROVIAS
- - - - - LIMITES ESTADUAIS
- LIMITES MUNICIPAIS

FONTE: T. R.

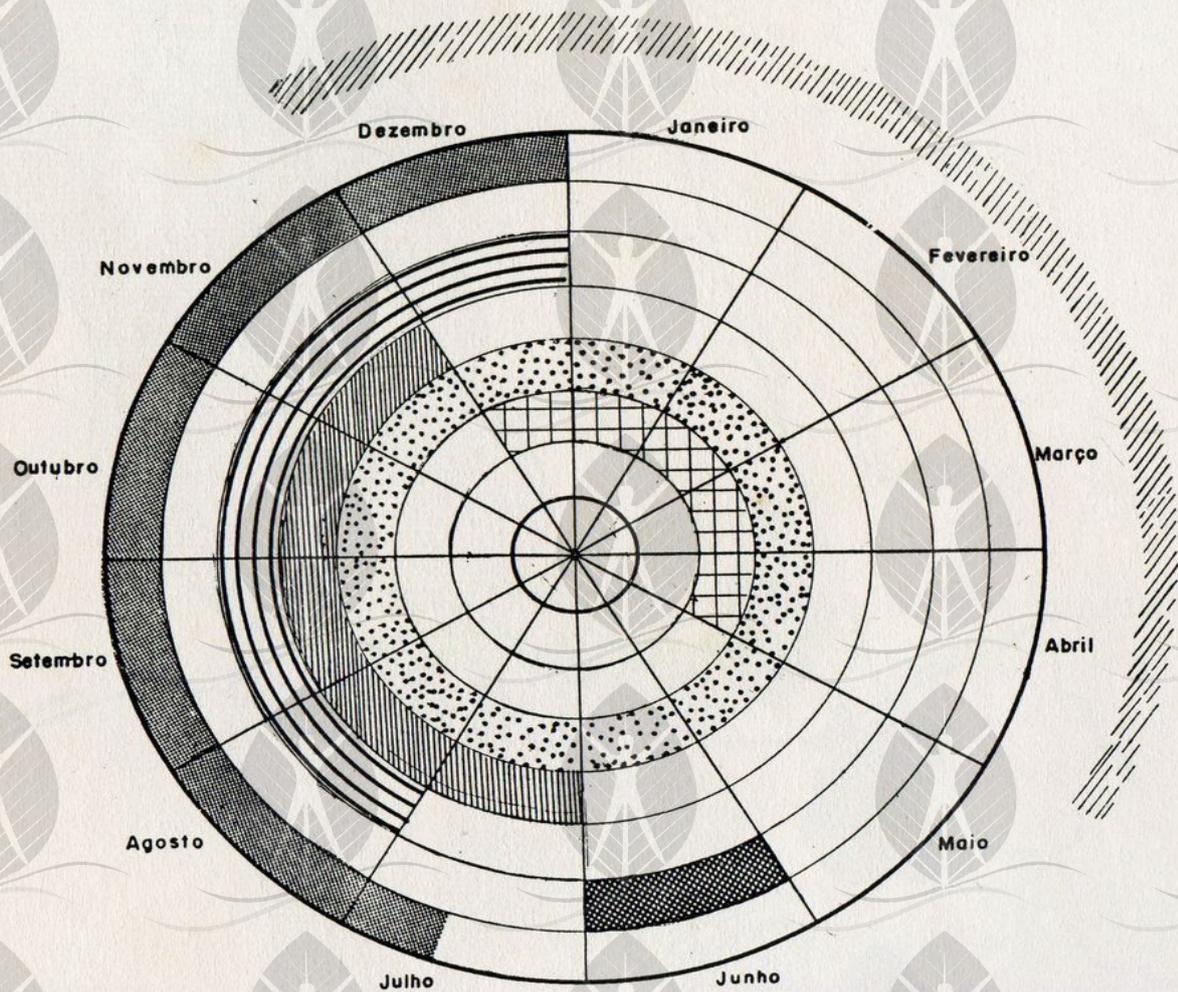
PP

**MINTER
SERFHAU
CENPLAN**

FIGURA

10





calendário agrícola da várzea do madeira (próximo de Humaitá)

CONVENÇÕES

- | | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  SANGRIA DAS SERINGUEIRAS |  ARRANCAMENTO DA MANDIOCA |
|  PLANTIO |  ENCHENTE |
|  CORTE DAS FOLHAS DE TABACO |  ESTAÇÃO DE MAIOR ÍNDICE PLUVIOMÉTRICO |
|  COLHEITA DO MILHO | |

FONTE: GENPLAN

PP
UH

FIGURA

8

MINTER
SERFHAU
GENPLAN





formações vegetais da região

CONVENÇÕES

- | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|-------------------------------------------------------------------------------------|---------|
|  | MATA DE VÁRZEA |  | CERRADO |
|  | MATA DE TERRA FIRME |  | CAMPOS |
|  | CAMPINARANA | | |

FONTE : CENPLAN

PR

FIGURA

7

MINTER
SERFHAU
CENPLAN





Composto e Impresso nas Oficinas Gráficas da
IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO AMAZONAS
Rua Leonardo Malcher, 1189
GOVERNO AMAZONINO MENDES
Manaus-Amazonas-Brasil





AVISO

A disponibilização (gratuita) deste acervo, tem por objetivo preservar a memória e difundir a cultura do Estado do Amazonas. O uso destes documentos é apenas para uso privado (pessoal), sendo vetada a sua venda, reprodução ou cópia não autorizada. (Lei de Direitos Autorais - [Lei nº 9.610/98](#)). Lembramos, que este material pertence aos acervos das bibliotecas que compõem a rede de bibliotecas públicas do Estado do Amazonas.

EMAIL: ACERVODIGITALSEC@GMAIL.COM



Secretaria de
Estado de Cultura



CENTRO CULTURAL DOS
POVOS DA AMAZÔNIA